



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – HIS

BALTASAR DA LOMBA
Estudo de caso sobre sodomia durante a Primeira Visitação
do Santo Ofício ao Brasil (séc. XVI)

GUILHERME BRAZ DE OLIVEIRA

BRASÍLIA

2018

GUILHERME BRAZ DE OLIVEIRA

BALTASAR DA LOMBA

Estudo de caso sobre sodomia durante a Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (séc. XVI)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História do
Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília como requisito
parcial para a obtenção do grau de licenciado
em História.

Orientador: Prof. Dr. André Cabral Honor

BRASÍLIA

2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Cabral Honor
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Maria Filomena Pinto da Costa Coelho

Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro

Às pessoas que, sob todo tipo de violência e discriminação, continuam a resistir e construir uma sociedade que respeita a diversidade.

AGRADECIMENTOS

Escrever minha monografia tem sido uma tarefa árdua. Seu início data de meados de 2016, quando comecei a dar pequenos, mas significantes passos com o professor André Honor. Agradeço sua participação e esforço como orientador, acolhendo a mim e às minhas ideias iniciais para a pesquisa. As aulas de paleografia, os livros emprestados, indicações, conselhos e sugestões me impulsionaram neste trabalho e em minha vida.

Agradeço à minha família: Vilma, Hercílio e Letícia, que pelo suporte e o incentivo, ajudaram-me a perseverar neste e nos demais planos e escolhas de minha vida.

A Renzo, de quem me faltam palavras para descrever. Amigo, irmão, companheiro? Nenhuma delas seria suficiente para ti ou pelo que nosso convívio representa. Um dos melhores presentes que a vida me deu, nesta Universidade.

Aos amigos de curso, que com sorrisos e lágrimas preencheram os espaços desta Universidade e minhas memórias, tão preciosas. Especialmente à Gabriela, amiga querida, com quem dividi alegrias, disciplinas, estágios... E com quem pude contar em toda situação. Às amigadas mais antigas, porém sempre presentes, em especial, Denise, Luciana, Rose e Greycy.

Aos colegas do Laboratório de História Social da UnB, com quem tive momentos valiosos de aprendizado e de descontração. Dentre eles, agradeço sobretudo ao prof. Jonas Pegoraro, que aceitou participar da banca examinadora e contribuiu muito com este trabalho. Agradecimentos também aos docentes do Departamento de História, por seus esforços para a construção de um curso de qualidade. Destaco aqui a professora Filomena e o professor André Araújo, que pela docência inspiraram-me e, gentilmente, ajudaram-me em minha caminhada como estudante, futuro professor e ser humano.

RESUMO

O presente estudo de caso se dedicou à análise do processo movido contra Baltasar da Lomba pelo crime de sodomia. Visamos uma investigação sobre sentidos e noções deste pecado/crime/heresia durante a Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil e, para tanto, analisamos a prática inquisitorial, os relatos dos envolvidos e, em especial, a narrativa produzida pelo réu, de modo a entender como foi possível que escapasse da pena capital. Identificamos um alargamento do conceito de sodomia, que não se referia somente ao sexo anal, mas a um conjunto de práticas e comportamentos que, por serem dissonantes dos discursos da igreja e da monarquia portuguesa, perturbavam aspectos mais básicos da sociedade colonial no que se referia à masculinidade. Discutimos também a pertinência da correspondência entre sodomia e homossexualidade, em observância às percepções daqueles sujeitos e as implicações desta correlação para o caso estudado.

Palavras chave: sodomia; Inquisição; Brasil Colônia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO 1. SOBRE OS SIGNIFICADOS DE SODOMIA	08
CAPÍTULO 2. UM PERFIL DIGNO DE MISERICÓRDIA	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	50
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	53

INTRODUÇÃO

O Tribunal do Santo Ofício surgiu em Portugal em 1536 após a emissão de uma bula papal delegando ao Rei a nomeação e substituição do inquisidor-geral, o comandante da nova instituição. O Tribunal português foi criado com competências relacionadas ao judaísmo, luteranismo e islamismo, dentre outras heresias e sortilégios, como a feitiçaria e a bigamia. A atuação dos novos inquisidores seguia o processo da Inquisição do medievo, mas na Inquisição moderna, novas relações institucionais engendraram sua instalação, a exemplo da participação e proteção da Coroa portuguesa e a existência de um processo penal no combate às heresias.¹

Para Francisco Bethencourt, “os diferentes tipos de visitas inquisitoriais e seus diversos usos em função de objetivos e conceitos específicos não podem nos fazer esquecer as funções de representação desempenhadas por essa prática.”² As visitas representavam a tentativa de controle do sistema de valores por meio da fixação da imagem do tribunal que, mesmo distante, penetrava no cotidiano das periferias do Império português.

Neste trabalho, trataremos de um caso específico ocorrido na Primeira Visitação, comandada por Heitor Furtado de Mendonça, entre 1591 e 1595. No dia 25 de fevereiro de 1595, Baltasar da Lomba, de aproximadamente 40 anos, cristão-velho morador da capitania da Paraíba, foi preso pelo Tribunal da Inquisição sob acusação de sodomia. Nascido em Afife, vila localizada no concelho de Viana do Castelo, no litoral norte de Portugal, Baltasar não possuía irmãos, seus pais e avós já eram falecidos e ele sempre fora solteiro. Na colônia desde os 14 anos de idade, alegou que seus serviços eram lavar roupa e amassar pão.³

O presente estudo se debruçará sobre as representações que a sodomia possuía à época da Primeira Visitação. Nossa proposta analisa o processo em diferentes direções. Uma delas trata da tipologia do crime de sodomia, pois, partindo do pressuposto de que o processo é uma formulação institucional, entender a prática de enquadrar condutas

¹ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 32-33.

² Ibidem, p. 217.

³ ANTT: PT/TT/TSO-IL/028/06366. Processo de Baltasar da Lomba. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2306414>. Acesso em 24 out. 2016.

sexuais específicas aos crimes previstos nas Ordenações nos informa sobre o que era considerado pelos inquisidores como um ato sodomítico.

Da mesma forma, analisaremos também concepções de sodomia dos envolvidos, inclusive daqueles que participaram da inquirição como denunciantes. Faremos aqui uma rápida descrição sobre elas.

O processo é iniciado pela denúncia de Francisco Barboza, cristão-velho filho de branco e índia, casado, natural de Pernambuco, por volta de 42 anos. Viviam nos arredores da capitania da Paraíba, onde conheceu o réu quando trabalhavam juntos na roça de um senhor chamado Duarte Gomes. Maria dos Santos, filha do preto forro Francisco Lopez, ambos moradores da Aldeia do Braço, sabia do envolvimento de Baltasar com um dos índios da referida aldeia. Outro morador, um índio batizado como Pedro, forro, foi chamado pelo visitador, que lhe perguntou se conhecia algum somitigo pela região. Ele também falou sobre Baltasar, alegando que dois anos antes vira o réu deitar-se com outro índio, chamado Luís. Bartolomeu Ledo e sua esposa Ana Lins viviam em Olinda e também compareceram ao visitador para contar sobre um rapaz que vinte anos antes já era tido como sodomita por muitas pessoas. Eles ainda se lembravam de seu nome: Baltasar da Lomba, que, segundo as testemunhas, mantinha relações sexuais apenas com indígenas.

Além de sua análise interna, também integraremos à análise as Ordenações do Reino no tocante ao crime de sodomia, bem como a produção historiográfica pertinente. Outrossim, este trabalho visa, a partir da sentença de Baltasar, explicar o desfecho do processo. Apesar da previsão de morte na fogueira, isto não aconteceu. Argumentamos que a caracterização dos atos sodomíticos e a forma como os fatos são apresentados pelo réu articulam uma defesa que convenceu minimamente Heitor Furtado e seus assessores a optar por alterar a sentença. Para tanto, também nos dedicaremos ao estudo de algumas práticas de justiça concernentes aos sodomitas.

CAPÍTULO 1. SOBRE OS SIGNIFICADOS DE SODOMIA

De um extremo a outro o sexo se tornou, de todo modo, algo que se deve dizer, e dizer exaustivamente, segundo dispositivos discursivos diversos, mas todos constrangedores, cada um à sua maneira. Confidência sutil ou interrogatório autoritário, o sexo, refinado ou rústico, deve ser dito.⁴

Baltasar da Lomba. Cristão-velho, solteiro, vindo de Portugal por volta dos 14 anos de idade, segundo relatos dos que o conheceram, foi processado pelo Santo Ofício pelo crime de sodomia, sendo sua prisão efetuada no mesmo dia da expedição do pedido, 25 de fevereiro de 1595.

Três dias depois, é chamado pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça para confessar suas culpas, detalhar todas as condutas sexuais em minúcias. Interessava saber onde, como e com quem, sob que circunstâncias. Por meio de um processo, com uma série de etapas pré-definidas, a instituição utilizava esses elementos para classificar as mais variadas ocorrências. Ao historiador cabe a tarefa de analisar os conceitos, ou seja, entender como os sujeitos classificavam e ordenavam os acontecimentos. É importante questionar sobre o que permitiu circunscrever aquela realidade ao conceito de sodomia, que por sua vez aludia a um campo muito vasto de ideias e preceitos.

Feitler é um dos autores que atentou para a validade das provas num processo inquisitorial. Por estar assentada na fiabilidade do testemunho, a preocupação com as denúncias e as confissões era ainda maior, diante das raras vezes em que os processos inquisitoriais contavam com provas materiais das condutas dos acusados. O processo devia, portanto, ser capaz de enquadrar ao máximo uma conduta, na tentativa de neutralizar a possibilidade do arbítrio pessoal do inquisidor ou das testemunhas.⁵ Este capítulo visa, por meio da análise da construção do processo de Baltasar da Lomba,

⁴ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 34.

⁵ FEITLER, Bruno. Da “prova” como objeto de análise da práxis inquisitorial: o problema dos testemunhos singulares do Santo Ofício português. In: FONSECA, R. M.; SECLAENDER, A. C. L. (orgs.). *História do Direito em perspectiva*. Curitiba: Juruá, 2008. O Manual dos Inquisidores também discorre sobre as testemunhas mais qualificadas para processos inquisitoriais. Sobre isso, ver: EYMERICH, Nicolau. *Directorium Inquisitorium. Manual dos Inquisidores*. Comentários de Francisco Peña. Tradução de Maria José Lopes da Silva. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1993, p. 214-224.

aproximar-nos dos possíveis significados de uma prática sexual considerada crime e perseguida pelo Santo Ofício Português.

De acordo com Michel Foucault, a modernidade trouxe uma verdadeira explosão discursiva sobre o sexo. A sexualidade não estava simplesmente reprimida, mas constantemente sendo instigada, investigada. Não de qualquer forma, pois é preciso

...levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de quem fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso”.⁶

Nessa obra, Foucault faz considerações a partir do século XVIII. No entanto, não vemos motivos para não pensar essas questões, dadas as proporções, dentro da primeira visita do Santo Ofício ao Brasil e das inquisições modernas. De forma semelhante, a instituição também mobilizou discursos sobre sexualidades ao mesmo tempo em que definiu lugares e formas específicas para se falar sobre elas.

O problema aparece, no entanto, nas motivações para a colocação do sexo em discurso: na Inquisição, o aspecto fundamental é a salvação. Por meio da confissão, falar sobre sexo está relacionado ao comportamento em relação ao matrimônio, uma das bases do modelo de sociedade cristão.⁷ Mas o que significava, afinal de contas, a sodomia? E por que, para a Inquisição, era necessário falar sobre ela?

O termo faz referência à cidade de Sodoma.⁸ No Ocidente, até a Baixa Idade Média, apesar do sexo anal ser a caracterização mais elementar de sodomia, o conceito contemplava outras práticas sexuais como luxúria e fornicação.⁹ A partir dos séculos XI e XII, o sexo anal continuava tendo grande destaque negativo, porém o conceito abrangia qualquer uso das genitálias de modo alheio à reprodução, além de considerar as diferenças

⁶ FOUCAULT, *História da Sexualidade I*, 1999, p. 16.

⁷ Apesar de serem considerados crimes o adultério, o incesto e o concubinato, por exemplo, Mott destaca que entre essas práticas relativamente correlatas, pelo que representam ao matrimônio, no caso de Portugal apenas a sodomia, a bigamia e a solicitação integraram a jurisdição do Santo Ofício. MOTT, Luiz. *O sexo proibido. Virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas, São Paulo, Papirus, 1988.

⁸ Em Gênesis é contada a história de Sodoma, destruída pela infinidade de pecados de seus habitantes e sua falta de temor a Deus. A cidade é constantemente referenciada ao longo da Bíblia como exemplo da punição divina. Embora neste trecho não haja menção direta a quaisquer relações sexuais, uma das relações mais explícitas é feita na Epístola de Judas, que a associou à fornicação. BÍBLIA, A. T. Gênesis 18-19; N. T. Epístola de Judas. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. 183 ed., Edição Claretiana. São Paulo: Editora Ave Maria, 2009.

⁹ ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. *Masculinidades e Inquisição – Gênero e sexualidade na América Portuguesa*. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

quanto ao sexo biológico dos envolvidos. Nos dois séculos seguintes, a sodomia é associada também à bestialidade, relações sexuais entre humanos e animais.

Deste período até o século XVIII, os significados da sodomia oscilaram, nos saberes teológicos, entre uma definição centrada na morfologia do ato (a cópula anal com ejaculação interna) ou no homoerotismo (sendo mais perfeita a relação entre homens e entre mulheres). São Tomás de Aquino a considerou um dos quatro *clamantia peccata* (pecados que clamam ao céu).¹⁰

De acordo com Bluteau, a cidade fora castigada em virtude de “suas lascivas abominações” e o termo “sodomia”, “peccado, por antonomasia, nefando & por consequencia indigno de definição da sua torpeza”.¹¹ Constantemente referenciada como nefanda, a sodomia era “cousa indigna de se exprimir com palavras: cousa da qual não se pode fallar sem vergonha”.¹² Por meio dessas (in)definições veremos como o conceito poderia ser largamente aplicado, referindo-se a diversos comportamentos além do sexo anal propriamente dito.

Em todo caso, em *Trópico dos Pecados*, Ronaldo Vainfas afirma que forma mais perfeita – infame – de sodomia, nesse período, era caracterizada pela cópula anal entre dois homens com ejaculação interna.¹³ De forma geral, quanto mais se afastava do propósito reprodutivo, mais grave era considerada pela Igreja e pelos inquisidores.¹⁴ Em *Masculinidades e Inquisição*, Cássio Bruno de Araújo Rocha nos lembra que o visitador não se restringiu apenas a essa definição.

Embora sua forma mais perfeita, grave e abjeta fosse a penetração anal entre dois homens com ejaculação interna, ela também envolvia, de um lado, a cópula anal entre homem e mulher, a sodomia imperfeita, e o sexo entre duas mulheres, chamada *sodomia foeminarum*. De fato, Heitor Furtado ouviu denúncias, confissões e instaurou processos contra réus das três modalidades de sodomia.¹⁵

¹⁰ Ibidem, p. 174.

¹¹ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Portuguez e Latino. Vol. 7, p. 688. Disponível no Catálogo Eletrônico do Instituto de Estudos Brasileiros: <http://www.ieb.usp.br/>. Acesso em 01 mai. 2018.

¹² Ibidem, Vol. 5, p. 698.

¹³ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

¹⁴ Ibidem. Inquisição como fábrica de hereges: os sodomitas foram exceção? In: VAINFAS, Ronaldo; FLEITER, Bruno; LAGE, Lana (org.). *A Inquisição em xeque*. Temas, controvérsias, estudos de caso. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2006, p.275-279.

¹⁵ ROCHA, *Masculinidades e Inquisição*, 2016, p. 178. As punições eram diferentes para homens e mulheres: nas Ordenações Filipinas, a pena e a mácula não são extensivas além dos filhos das mulheres

Segundo Francisco Bethencourt em *A História da Inquisição*, em 1555 o Cardeal D. Henrique, inquisidor-geral de Portugal, concedeu ao Tribunal de Lisboa a jurisdição sobre o crime de sodomia. Outros tribunais inquisitoriais de Aragão, Portugal e Itália detinham essa jurisdição – situação diferente de Castela, onde a sodomia pertencia ao âmbito dos tribunais civis.¹⁶ Segundo Shirley Romera dos Santos,

Ao Santo Ofício cabia julgar apenas heresias, consequentemente incluir esses crimes sexuais no rol dos delitos julgados pela instituição correspondia a classificá-los como tal, e considerá-los como uma grave ameaça à fé católica.¹⁷

Mas a sodomia não era um problema apenas para a Igreja. Os poderes laicos tinham visões próprias a respeito: nos códigos portugueses, ela já aparecia no rol de relações sexuais condenáveis. Ao longo do tempo, as descrições, prescrições e sanções previstas aumentaram e se definiram gradualmente. As Ordenações Afonsinas mencionavam a torpeza do pecado e, apesar de não definirem a prática, exploraram a fundamentação bíblica para justificar a necessidade de punição na fogueira.¹⁸

À época de Manuel I, no compilado jurídico de 1521, apesar de mais elaborada, a sodomia também não estava bem caracterizada, mas apareceu pela primeira vez como crime de lesa-majestade, previa o confisco de bens e reafirmava a pena capital. Segundo o Título XII do Livro V das Ordenações Manuelinas:

Qualquer peffoa de qualquer qualidade que feja, que pecado de fodomia por qualquer guifa fazer, feja queimado, e feito por fogo em poo, por tal que ja mais nunca do feu corpo, e fepultura poffa feer auida

envolvidas; para o caso de dois homens, no entanto, a infâmia alcança os netos. Em 1646, a sodomia foeminarum é descriminalizada em Portugal. Isso expressa a polêmica em torno do tema, pois, para a sociedade da época, não se concebe uma relação sexual sem um órgão fálco. De acordo com Viana Júnior, “A definição de ‘sodomia perfeita’ elaborada na teologia por São Tomás de Aquino era tida como um ato sexual específico onde havia a penetração no ‘vaso traseiro’ com o derramamento de semente dentro do mesmo, ou seja, uma ação contrária à finalidade da prática sexual voltada exclusivamente para a reprodução. Logo, para que existisse sodomia de fato havia a necessidade material do pênis, isto é, do homem.” VIANA JÚNIOR, Mário Martins. Masculinidades plurais na América portuguesa (séculos XVI, XVII e XVIII). *Esboços*, v. 23, 2016, p. 71.

¹⁶ BETHENCOURT, *História das Inquisições*, 2000. Mott também aponta que o bestialismo, relação sexual com animais, não foi objeto da jurisdição do Santo Ofício, diferentemente dos tribunais espanhóis. MOTT, Luiz. *O sexo proibido. Virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas, São Paulo, Papirus, 1988, p. 10.

¹⁷ SANTOS, Shirley Romera dos. *A educação sexual no Brasil Colônia prescrita nos Regimentos do Santo Ofício da Inquisição Portuguesa (1552-1774)*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014, p. 85.

¹⁸ VIANA JÚNIOR, *Esboços*, 2016.

memoria, e todos feus bens fejam confifcados pera a Coroa dos Noffos Reynos, pofto que tenha defcendentes ou afcedentes; e mais pelo mefmo cafo feus filhos, e defcendentes, ficaram inabiles, e infames, affi propriamente como os daqueles, que cometem o crime da lefa Mageftade contra feu Rey e Senhor.¹⁹

Além disso, outras novidades chamam a atenção, como a possibilidade de recompensa a quem denunciasse e pudesse comprovar tal comportamento ao Corregedor da Corte. Para tal, reservava-se até a terça parte dos bens do acusado. Por outro lado, “...qualquer peffoa que fouver certo, que alguu he culpado nefte pecado, e nom differ (...), conuem a faber, (...), perca toda fua fazenda, e mais feja degradado pera sempre fora de Noffos Reynos (...)”.²⁰ Em seus trechos finais, o título XII incluiu na definição de sodomia a alimária – atos sexuais envolvendo animais –, embora neste último caso não se estendesse a infâmia aos descendentes.²¹

Já nas Ordenações Filipinas, que vigoraram a partir de 1603, a sodomia se ampliou, compreendendo outras práticas comportamentais. Além de reforçar as disposições acima, a legislação incluiu os atos sexuais entre mulheres e a molície – próxima do que hoje entenderíamos como a masturbação.²² Nenhuma das Ordenações de fato caracterizou esses atos sexuais, apenas mencionando e estipulando punições.

Destacamos a responsabilização daqueles que não denunciavam a sodomia. O poder do Santo Ofício, por ser a instituição portuguesa que efetivamente processou e julgou tais casos, foi reforçado. Sobre as demais competências de sua alçada, dispunha de forma semelhante: aqueles que tomavam conhecimento de palavras ou atos heréticos

¹⁹ COIMBRA, Arménio Alves Fernandes; SANTOS, Pedro Manuel Amaro; RODRIGUES, Joaquim Pereira; CASTRO, Manuel Fraga. WYNANTS, Hugues. *Ordenações Manuelinas on-line*, capítulo XII do Livro V, *Dos que cometem pecado de sodomia*. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/ordemanu.htm>; Acesso em 26 abr. 2018.

²⁰ Ibidem. Ordenações Manuelinas, capítulo XII do Livro V, *Dos que cometem pecado de sodomia*. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/ordemanu.htm>; Acesso em 26 abr. 2018.

²¹ “A memória da infâmia era trágica para quem passava pelos trâmites inquisitoriais: sambenitos pendurados em igrejas com nomes bordados e visíveis; leituras públicas de sentenças nos Autos-de-Fé; açoites nas ruas e praças à vista de todos; nomes inscritos para sempre nos repertórios dos Tribunais. Alijados da sociedade, proibidos de ocuparem cargos públicos e eclesiásticos, legavam esse pesado fardo a seus filhos e netos (...)”. CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*. Coleção História. Editora EDUSC, 2006, p. 136.

²² SALGUEIRO, Ângela dos Anjos Aguiar; CAMPONÊS, Jorge Filipe B. de Oliveira; ALMEIDA, Maria Amélia D. F. de; COSTA, Sandra P. Bernardo; DIAS, Sara Marisa da Graça. *Ordenações Filipinas on-line*. Ordenações Filipinas, Livro V, título XIII: *Dos que cometem pecado de sodomia, e com alimarias*. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>; Acesso em 26 abr 2018.

e pecaminosos e não os confessavam, comprometiam sua própria salvação e de outros – inclusive de quem as proferiu ou praticou. Tornavam-se, portanto, cúmplices do ato.

Além de tipificar a sodomia como crime, o engendramento dos comportamentos sociais e sexuais em referência aos gêneros confirmava a desigualdade entre eles. Para Viana Júnior “As Ordenações (...) eram testemunho dessa intervenção direta e auxiliavam na composição de uma cultura masculina idealizada.”²³

De fato, havia interesse do Estado Português na difusão do “sexo natural”, voltado para a reprodução. Enquanto representante de Deus na Terra, a monarquia devia cuidar da Salvação da cristandade – responsabilidade que, no caso de Portugal, era reforçada pelo Padroado.²⁴ Para Viana Júnior, as Ordenações possuem grande destaque nessa empreitada.

A lei, como uma intervenção direta do Rei na vida dos súditos, era um conjunto de dispositivos pelo qual o Soberano tentava ordenar os comportamentos, interditando determinadas ações, enaltecendo outras e orientando, inclusive, como deveriam ser utilizados os corpos ao assinalar de que maneira deveriam se dar as relações.²⁵

Fazemos aqui uma observação quanto à lei e à monarquia nas sociedades ibéricas. O Rei se apresentava como cabeça política da sociedade, em semelhança à hierarquia divina. No entanto, pensando numa sociedade em que a aristocracia cristã compunha as instituições, o exercício do poder em absoluto seria incompatível com a quantidade de corpos jurídicos que se relacionam com o Rei. Esperava-se dele a justiça, ou seja, que não apenas concentrasse como também distribuisse o poder e as riquezas entre os demais corpos jurídicos, dentre eles o Santo Ofício. Sendo assim, as Ordenações constituíam mais uma peculiaridade no exercício do poder nessa sociedade corporativa: representavam a capacidade monárquica de construir e aplicar a lei em conjunto dos demais poderes, o que possibilitava interpretar sua aplicação nas mais variadas

²³ VIANA JÚNIOR, *Esboços*, 2016, p. 64.

²⁴ O padroado português consistiu no ato da Igreja delegar à monarquia a responsabilidade pela difusão do catolicismo em suas possessões além-mar. Em troca, o papado concedia mercês, como a coleta de dízimos, além do direito de gerenciar as organizações eclesásticas. “A prioridade portuguesa na conversão dos não-cristãos, direito conseguido através de uma série de bulas e breves pontificiais no século XV, tornava Portugal o país conversor da fé católica por excelência, o que explica a força da instituição do padroado dentro das possessões portuguesas no além-mar.” HONOR, André Cabral. *O verbo mais que perfeito: uma análise alegórica da cultura histórica carmelita na Paraíba Colonial*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009, p. 49.

²⁵ VIANA JÚNIOR, op. cit., p. 68.

circunstâncias. Assim, por representar a comunidade política e seus valores, a monarquia confere caráter geral às disposições das ordenações.²⁶

A previsão da sodomia nas Ordenações sinaliza o problema da subversão dos usos dos corpos e de seus atributos conforme definidos pela cultura ocidental. O monarca, por sua posição no corpo social, respondia aos anseios de uma sociedade que continha rígidas prescrições de gênero. Além disso, ele próprio simbolizava um arquétipo de masculinidade porque representava as expectativas da sociedade. Os atos de Baltasar e dos demais sodomitas eram uma grande afronta à sexualidade conforme concebida pela tradição, bem como desafiavam o Santo Ofício no que concerne à sua capacidade de conter condutas sexuais criminalizadas.

À medida em que atualizava a tradição ocidental e sua condenação às sexualidades, o Santo Ofício português se constituiu “(...) como uma instituição híbrida. Trazia características do direito canônico e do direito secular e nos seus quadros de pessoal contava com nobres e membros do alto clero”.²⁷ Nessa perspectiva, tornou-se, portanto, um instrumento a serviço da Coroa, para garantir que a moral cristã fosse efetivamente seguida pelos colonos. Além disso, se por um lado, o próprio Santo Ofício podia se encarregar da aplicação das penitências e do confisco de bens, à justiça secular era entregue o réu a ser relaxado pela pena de morte na fogueira.

A primeira visitação realizada no Brasil, encaminhada por Heitor Furtado de Mendonça entre 1590 e 1595, recebeu denúncias e confissões relacionadas à sodomia, bigamia, adultério, fornicção, dentre outros. Luiz Mott nos oferece um panorama quantitativo:

É nesta terra a pouco ocupada por cristãos, mas já bastante marcada por desvios na fé e moral ensinadas pela Santa Madre, que o Visitador fará a devassa das vidas e costumes de sua população, ouvindo nos 22 meses que aí permaneceu, um total de 209 denunciante nas Capitanias de Pernambuco e Itamaracá e 54 na vizinha Paraíba, e mais de 61 confissões de moradores desta mesma região, cujos desvios privativos do conhecimento do santo Ofício distribuíram-se nas seguintes

²⁶ Sobre o assunto, ver: FAVIER, Jean. *Carlos Magno*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004; SILVA, Marcelo Cândido. *A realeza cristã na Alta Idade Média*. São Paulo: Alameda, 2008; e SORIA, Jose Manuel Nieto. *Fundamentos Ideologicos del Poder Real en Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madrid: Eudema Universidad, 1988.

²⁷ SANTOS, *A educação sexual no Brasil Colônia prescrita nos Regimentos do Santo Ofício...*, 2014, p. 20-21. Optamos por não explorar o Regimento de 1552 pois não continha menções diretas a crimes de natureza sexual. A atuação de Heitor Furtado diante desses crimes “utilizou de outras fontes de direito para aplicar as penas aos supostos pecadores”. Ibidem, 2014, p. 43.

categorias: 90 blasfêmias; 87 proposições heréticas; 62 práticas judaicas; 36 desacatos à religião; 34 bigamias; 17 sodomias; 16 práticas luteranas e 8 feitiçarias, totalizando 350 ocorrências. Embora muitas das proposições heréticas e malsoantes, assim como dezenas de blasfêmias incidissem em questões da sexualidade, o certo é que nesta região, os desvios da moral sexual são relativamente pouco numerosos se comparados com os pecados contra a fé, posto que as acusações de bigamia e sodomia juntas representam tão somente 14,5% do total dos registros – e a sodomia em si, não chega a 5% da totalidade.²⁸

Diante do que foi exposto, voltemos a falar sobre Baltasar. O processo é introduzido pela primeira testemunha, Francisco Barboza, que trabalhou com o réu na roça de Duarte Gomes. No dia 12 de janeiro de 1595, na cidade da Paraíba, o delator disse ao visitador que numa noite, em meados de 1591, depois de interpelado por uma escrava de seu patrão, Francisco espiou pela porta de Baltasar. Pelos sons que ouvira, da rede rugindo e da ofegância, supôs que estavam “no trabalho nefando”.²⁹ Uma suposição, nutrida por certa fama: Barboza disse “que ouvira dizer a muitos Índios das aldeas que baltasar da Lomba fazia o peccado nefando com outros Índios...”³⁰

Infelizmente não consta no processo a data do depoimento ou tampouco quando ouviu o boato, mas Maria dos Santos contou que “Luiz Negro” se encontrava com Baltasar com frequência. No dia 21 de janeiro de 1595, o índio Pedro relatou, acompanhado por um intérprete, que tinha visto dois anos antes Baltasar dividir a rede com outro índio, Luís, um rapaz viúvo da mesma Aldeia do Braço. Ele foi o único que supostamente viu o ato com alguma certeza.

(...) a dous anos hum dja sobre a tarde chegando a porta de baltsar da Lomba homem velho que andava por estas aldeas e ora se diz ser ydo a peramarjm vio a ele e a hum negro brasil chamado Luis mancebo veuvo (...) estarem ambos na rede dejtados fazendo o pecado nefando estando o djtto Lomba debaixo de costas e o djtto Luiz encima delle de bruços e que isto vio huma soo veez (...).³¹

²⁸ MOTT, Luiz. Cripto-sodomitas em Pernambuco colonial. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 6, volume 13(2), 2002, pp. 10-11.

²⁹ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 3. Barboza não pôde garantir que a escrava que o interpelara de fato viu a consumação do ato.

³⁰ Ibidem, fl. 2-2v.

³¹ Ibidem, fl. 6.

O intérprete, Domingos de Lucena, também afirmou que ouvia os índios se referirem a Baltasar como “tebjro”, ou tibi-ro, que significava “somitigo paciente”. Isto pareceu suficiente para que o visitador mandasse prender Baltasar.

Embora soubessem identificar atos sodomíticos, nessas ocasiões as testemunhas não puderam detalhá-los em si, mas Baltasar o fez, não sendo possível afirmar se a confissão foi feita sob tortura.³² Depois de preso por três dias, foi levado ao visitador para que confessasse quaisquer culpas que tivesse. Baltasar certamente não sabia porque estava preso, tampouco por quem ou de quê era acusado. Falou sobre o episódio narrado por Francisco Barboza, afirmando que acontecera sete ou oito anos antes, com um índio chamado Fatu, e não Cahuy, como Barboza afirmara. Uma novidade: Fatu residia numa aldeia próxima, “Gramame”³³, onde Baltasar morou. Falou também sobre o supracitado Luís, da mesma aldeia. Em uma rede, em dias diferentes, “...fizeraõ e consumaraõ pello djtto modo o djtto nefando três vezes sendo sempre elle pacjente e Luis agente (...)”.³⁴

O terceiro parceiro listado, chamado na língua do gentio de Abatioba – convertido e batizado como Miguel – veio da Aldeia do Braço para deitar-se com o réu, uma vez.³⁵ Confessou ainda na primeira sessão mais atos sodomíticos com outros índios, Ambrósio e Maurício. Além desses, também Hierônimo, Duarte – ambos negros forros do Gramame – e um terceiro, de quem não se lembrava o nome. Com esses últimos, as relações ocorreram no meio do mato, a caminho das aldeias para a cidade da Paraíba, onde “...teve o djtto ajuntamento nefando e na sobredjtta postura efectuaraõ e consumaraõ o djtto peccado nefando (...)”³⁶. Também confessou ter cometido o terrível pecado na casa do vigário da Paraíba! Tamanha ação, da qual aparentemente ninguém sabia, com um índio forro, então solteiro, chamado Frutuoso.

Um dia, enquanto lavava roupa à beira de um rio, um índio desconhecido lançou Baltasar de bruços e, devido à violência empregada, o réu acabou por consentir. Não

³² A problemática da tortura nos procedimentos inquisitoriais será explorada no capítulo seguinte.

³³ Gramame é uma atual cidade da Paraíba.

³⁴ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 9.

³⁵ Miguel era casado na época da inquirição, mas não podemos afirmar com certeza se o era quando se envolveu com Baltasar, que por sua vez só se lembrava de seu nome indígena. Como veremos no capítulo seguinte, era corriqueiro que os padres celebrassem sacramentos como batizados, confissões e casamentos que visavam legitimação católica de uniões que já existiam, ou ainda, incitando novas. Sobre isso, ver FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2007, p.57-58.

³⁶ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 9V.

apenas nesse caso, outros dois episódios também revelam tentativas de estupro envolvendo dois índios já falecidos da aldeia do Gramame: Anrique tentou nos matos, e o forneiro Manoel, que o procurou na fonte. O réu acredita que isso aconteceu:

por saberem dos outros nomeados como elle Reo vsava deste peccado servjndo de femea e pegaraõ delle e o puseraõ em postura de bruços e tentaraõ penetrar nelle pello djtto modo mas naõm efectuaraõ nem penetraraõ nelle estes dous Anrique e Manoel, porquanto elle Reo naõ quis consentir com eles (...).³⁷

Segundo Baltasar, todos esses fatos ocorreram entre sete e oito anos antes de ser preso pelo Santo Ofício. Na época, depois de se confessar ao padre Travaços da Companhia de Jesus, afirmou ter sido repreendido e, depois de cumpridas as penitências espirituais, “... de entaõ peraqua se emendou e afastou de tais torpezas das quaes djsse que estava mujto arrepenjdo...”³⁸.

O que queremos salientar aqui é a forma como as condutas de Baltasar são descritas no documento. O registro da confissão do primeiro ato é a mais indicativa de um padrão que se referenciou ao longo do documento.

(...) o djtto negro fatu se lançou com ele Reo na rede e pella lingoa lhe djxe que fizessem o peccado então elle Reo se lançou de *bruços* e o djtto factu se lancou tambem de brucos sobre as suas costas e *meteo seo membro verjl deshonesto pello vaso traseiro delle Reo e dentro nelle teve poluçaõ e fes como se fjzera em vaso natural de moljer* e assim efectuaraõ e consumaraõ o peccado nefando huma vez somente sendo elle paciente (...).³⁹

Nas situações contadas por Baltasar, o ato sodomítico sempre ocorreu com nativos, por vezes variando as posições e os lugares onde isso acontecia, alegando, contudo, sempre ser paciente, ou seja, penetrado por eles. Na descrição de todos os atos homoeróticos, bem como dos locais e das circunstâncias em que se deram, percebemos esse tipo de estrutura. Acreditamos que ela seja fruto dos cuidados do notário e do visitador em descrever e enquadrar as práticas descritas pelas testemunhas e pelo réu no crime de sodomia. Destaca-se a inversão do ato sexual, não explorando o prazer

³⁷ Ibidem, fl. 11V. A partir desse relato podemos imaginar uma estratégia desenvolvida pelo réu para diminuir parte de sua culpa. De fato, ao Santo Ofício interessava o consentimento do réu, o que aumentava sua culpabilidade. Retomaremos o assunto no capítulo seguinte.

³⁸ Ibidem, fl. 11.

³⁹ Ibidem, fls. 8V-9.

masculino em afetos homoeróticos. As expressões destacadas no trecho acima, como vimos, repetidamente são aludidas ao longo das descrições pelas expressões “pelo dito modo”, “pela dita postura” e similares.

O processo de Baltasar pertence a uma tipologia construída pela instituição. Ainda que empregue o discurso indireto em sua redação, para Carlo Ginzburg, a fonte não deixa de ser uma relação dialógica. As condições psicológicas de seus envolvidos podem mudar essa relação, mas há casos em que a composição do texto não é determinada apenas pelo inquisidor ou pelos conhecimentos que traz consigo, mas pelo choque com a voz dos sujeitos envolvidos na inquirição. O trabalho dos inquisidores era, sobretudo, de tradução e interpretação de crenças, atitudes e palavras “...que lhes eram estranhas para um código diferente e mais claro (...). Quando eles tinham mais dificuldade em perceber, o interrogatório (pelo menos em certa medida) perdia os seus elementos dialógicos”.⁴⁰

Os inquisidores não transcreviam as falas, mas atribuíam sentidos ao que ouviam, simplificavam o ocorrido para a sua compreensão e o enquadramento das práticas em heresias, crimes e pecados que lhes competiam julgar. Nesse sentido, o processo construía uma tradução, uma verdade sobre os fatos. Quando a percepção inquisitorial não era tão clara, os elementos dialógicos da relação eram mais abundantes. Quanto maior e mais segura sua compreensão, mais impositiva sua visão se expressava no processo.⁴¹

Na produção de um relato inteligível, portanto, o visitador trabalhou com chaves de compreensão que faziam parte de uma rede de significados eclesiástica. Alguns clichês e fórmulas, muitas vezes em latim, serviam para resumir o que percebiam dos relatos.⁴² Assim sendo, é bem provável que os termos que destacamos não fossem utilizados no cotidiano, e sim introduzidos no texto, de modo que provavelmente substituem outras expressões populares – o que não quer dizer que as ideias e os valores das testemunhas e do réu fossem muito diferentes.⁴³

⁴⁰ GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Editora Bertrand Brasil, S.A. Rio de Janeiro, 1989, p. 212.

⁴¹ Ibidem.

⁴² VAINFAS, A *Inquisição em xeque*, 2006.

⁴³ Mott destaca as diferenças quanto à forma de se referir: “...chamada pelos mais eruditos de sodomia, pecado nefando, pecado contra natura, e pelo povo, somitigaria, mau pecado, velha-caria, fanchonice. Ao sodomita, o povo chamava na Península Ibérica, desde a Idade Média, de *fodincu* e *fodidincu*, dependendo da posição assumida no *peccatum nefandum*, sendo também muito usado o étimo somítigo, termo até hoje corrente em Portugal e nalgumas partes mais arcaicas do Brasil...”. MOTT, *Revista ANTHROPOLOGICAS*, 2002, p. 12.

Estas considerações sobre a tipologia documental não enclausuram o processo no domínio institucional, e sim sublinham essa feição e suas implicações para o estudo. A “tradução” operada pelos inquisidores não anula a presença dos sujeitos na mesa inquisitorial. Essa peculiaridade da fonte nos permite apreender a manipulação do conceito por parte da instituição e dos envolvidos que, apesar de trabalharem com noções semelhantes, entre si guardavam algumas especificidades.

Depois de obter a confissão sobre a prática de sodomia, Heitor Furtado perguntou a Baltasar sobre outras variações e circunstâncias do crime e confrontou-o com o que ouviu de outras testemunhas, sem citá-las, obviamente. Acreditamos que os ouvidos do visitador e do notário, Manoel Francisco, não estavam muito atentos quanto a alguns detalhes num primeiro momento.

A prioridade do procedimento era dar ao cristão uma oportunidade: “admoestado com muita charjidade que elle confesse todas suas culpas e faça descargo de sua conciencia”.⁴⁴ Ainda que isso resultasse numa execução, o procedimento, além de servir como exemplo intimidador, simbolizava o preço pago pela purificação da alma e, por conseguinte, melhor encaminhamento para a salvação.⁴⁵ Mas mais do que isso, o objetivo da primeira confissão era perceber a caracterização da sodomia a ser elaborada pelo próprio Baltasar, tal como foi feito com os demais denunciante.⁴⁶

Para a construção do documento, é importante aqui uma diferenciação: a confissão dada na mesa inquisitorial não é a mesma mobilizada pelo sacramento da confissão como conhecemos, em que o pároco escuta e perdoa em nome de Cristo.⁴⁷ Se por um lado, esta era dada pelo cristão, aquela era direcionada pelo inquisidor a assuntos específicos. É bem verdade que o visitador não perguntou diretamente se Baltasar era sodomita, mas sim sobre que culpas ele tinha em sua consciência.

A partir da seleção do que foi dito pelos sujeitos, construiu-se um registro interessado em fundamentar e justificar um processo. Mas não apenas isso. Clifford Geertz, pelo conceito de descrição densa, analisa a construção que é feita pelo

⁴⁴ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl.8.

⁴⁵ FEITLER, *Nas malhas da consciência*, 2007.

⁴⁶ O Manual dos Inquisidores marca a distinção entre a confissão mobilizada pela Inquisição, que é de foro externo e jurídico, da confissão sacramental, de foro íntimo e confessional que nem sempre contém matéria de competência da instituição. Isso não prescinde, contudo, que se utilize dispositivos do imaginário católico, como o ato de jurar perante os “Santos Evangelhos”. Esse juramento precede todas as confissões encontradas no documento. EYMERICH, *Directorium Inquisitorium*, 1993, p. 101.

⁴⁷ FEITLER, op. cit., p. 238-240.

antropólogo sobre as construções de outras pessoas. Isso evidencia as ferramentas utilizadas pelo observador para compreensão daqueles atos dentro de uma estrutura de significação.⁴⁸ O que antropólogos e inquisidores têm em comum? O modo como produzem um relato inteligível sobre as experiências de que tomam conhecimento. Tal como os denunciante, não vivenciaram essas experiências do mesmo modo que seus praticantes.⁴⁹ De acordo com Rocha:

O antropólogo, por não ter acesso direto ao discurso social tal como ele é vivido significativamente por seus informantes (seu acesso é marginal, especial e mediado), adivinha significados, avalia conjecturas e, considerando quais destas são as melhores, traçando conclusões explanatórias. Agindo como o antropólogo, o inquisidor constrói significados a partir de experiências previamente significadas pelas testemunhas (e a significação feita por elas pode ser já secundária, como nos casos de denúncias), entrelaçando suas próprias estruturas culturais de significação àquelas utilizadas pelas pessoas que lhes fizeram os relatos. Ao historiador, portanto, cabe tentar discernir entre as marcas deixadas nos textos por essas visões culturais distintas, para poder se aproximar mais de seus objetos.⁵⁰

O processo inquisitorial é repleto de significados construídos por inquisidores e a “tradução” se assemelha em muito às vivências e compreensões circulantes nas sociedades europeias ou americanas no período colonial. As devidas considerações sobre sua tipologia ajudam a evidenciar e analisar os pontos de conflito, pois determinadas palavras e expressões poderiam complicar o trabalho do inquisidor, evidenciando os elementos dialógicos e as vozes dos demais envolvidos. Para Mendonça entender e julgar Baltasar pelo crime de sodomia, o termo tibia/tibiro foi crucial, inicialmente interpretado pelo visitador como o indivíduo que mantinha relações sexuais sodomíticas enquanto paciente.

Contudo, a correspondência entre o tibia e o sexo anal não é tão evidente na fala dos sujeitos, que escutavam a expressão de indígenas. Tampouco Heitor Furtado tinha muito domínio sobre seu significado: em algumas declarações do processo, “tibia” também denota um homem que é sodomita por desempenhar ofícios e ter comportamentos mais próximos daqueles atribuídos às mulheres.

⁴⁸ GEERTZ, Clifford. “O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem” In: *A interpretação das culturas*. 1ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

⁴⁹ GINZBURG, *A micro-história e outros ensaios*, 1989.

⁵⁰ ROCHA, *Masculinidades e Inquisição*, 2016, p. 82.

Duas das testemunhas do processo julgaram necessário informar, e o visitador considerou importante descrever no processo, os ofícios desempenhados por Baltasar. Meses depois de decidida a sentença, surgiram outros dois depoimentos com essa característica. Em 14 de Junho de 1595, desta vez em Pernambuco,

Ana Liñs (...) lhe lembrou ora mais que Avera vjnte anos que morando ella na freguesja de santo aMaro, morava na mesma freguesja (...) hum homem que hoje servja de lhe lavar e fazer farjnha chamado balthasar que então lhe parece serja de catorze annos poucomais ou menos e se chama balthasar da lomba e que os negros della denunciante brasis pagaoõs leegabavaõ perante ella que dormjam carnalmente com o djtto balthasar da lomba servjndo elle de femea e lhe chamaraõm tibjra e djzendo que era molher delles que isso quer dizer tibjro, somitigo que serve de molher e portatera nomeado e tido, entre os negros assim como pagaõs como christaos daquela freguesja.⁵¹

Uma semana depois, seu marido Bartholomeu Ledo deu um depoimento semelhante sobre Baltasar. Diferente de sua esposa, não mencionou com o que trabalhava o réu. Vinte e cinco anos antes, mais precisamente, segundo a testemunha, Baltasar

...era nomeado por somittiguo entre os negros e tambem algumas pessoas brancas murmuravaõ isso delle e alguns negros brasis pagaõs delle testemunha segubaraõ mujtas vezes perante elle testemunha que dormjam carnalmente pello trazejro com o djtto baltsar da lomba servindo elle de femea e ho chamaraõ tibiuro que na Lingua delles quer djzer somittigo paciente...⁵²

Para Francisco Barboza, a sodomia provavelmente tinha alguma relação com as atividades desempenhadas por Lomba. Depois de dizer que tinha fama de sodomita, acrescentou em seguida que “he hum homem solteiro javelho de alguns cinquenta annos que costuma coser, fiar e amasar como moljer”.⁵³

O que se percebe por essas falas é que as testemunhas acreditavam que Baltasar tinha uma masculinidade diminuída, tanto por ser penetrado por outros homens quanto por desempenhar, cotidianamente, funções relacionadas ao âmbito doméstico, esperadas de mulheres. Essa circunstância, em detrimento de presenciarem a ocorrência do ato sexual, bastou para que as testemunhas o classificassem como sodomita, em contraste aos valores culturais atribuídos aos homens.

⁵¹ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl 16v.

⁵² Ibidem, fl. 17v.

⁵³ Ibidem, fl. 2v.

Os predicados masculinos apareciam alterados de sentido nas experiências constituídas pelos homens. A força para segurar o amante, o esforço e a estratégia para seduzi-lo, a fidelidade no trato com os segredos, a coragem para cometer atos condenados pelo Rei e pela Igreja, e o corpo acariciado em suas partes, como as cicatrizes e as barbas, continuavam como elementos fundamentais na constituição e identificação daqueles homens.⁵⁴

A virilidade era um atributo associado à coragem e à bravura nas investidas no Novo Mundo, repleto de ações e conquistas feitas por homens, em nome e interesse do Rei de Portugal.⁵⁵ Como dito anteriormente, essa cultura política era também marcada por um sistema de gênero desigual, onde os homens também ordenavam, cada qual em suas capacidades, e subordinavam as mulheres e outros de menor nível hierárquico.

Não foi encontrada nas Ordenações do Reino previsão para o desempenho de afazeres domésticos por homens. Existem capítulos que dizem respeito à simulação da troca de gênero por meio de acessórios e elementos típicos destes, capacidade que, pelo menos juridicamente, o desempenho de um ofício não teria.⁵⁶

Além de representar um obstáculo para a compreensão do visitante, o uso do termo “tíbiro” por aqueles índios certamente atesta que, para eles, tal qual o ato sexual característico, a inversão de comportamentos de gênero era minimamente válida. Interessante perceber que eles, constantemente humilhados e tratados como inferiores no processo de colonização, gabavam-se de sodomizar Baltasar, um homem branco, submetendo-o a uma condição feminina. Não havia, no sistema de gêneros europeu, possibilidade para essa transposição, tal qual o uso do termo pelos índios parece sugerir: se para os índios “Baltasar era mulher deles”, para o processo e os demais, Baltasar agia “como se fosse mulher”.

⁵⁴ VIANA JÚNIOR, *Esboços*, 2016, p. 79.

⁵⁵ Mário Viana Júnior trabalhou sobre a composição de um perfil masculino em que determinados atributos eram valorizados e outros desprezados nas grandes expedições militares dos primeiros anos de colonização da América Portuguesa. A força, a liderança e a singularidade dos membros da fidalguia portuguesa, por exemplo, eram tidos em semelhança ao próprio reino. Ver: VIANA JÚNIOR, Mário Martins. Masculinidades em jogo na América Portuguesa: a expedição de Pero Coelho de Sousa em 1603. *Opsis*, v. 13, p. 100-121, 2013.

⁵⁶ Nas Ordenações Manuelinas nos interessaram especialmente os capítulos XII e XXXI do Livro V, *Dos que cometem pecado de sodomia e Do homem que se veste em trajes de mulher, ou mulher em trajes de homem, e dos que trazem mascaras, respectivamente*; e nas Ordenações Filipinas, Livro V, título XIII: *Dos que cometem pecado de sodomia, e com alimarias* e título XXXIV: *Do homem, que se vestir em trajes de mulher, ou mulher em trajes de homem, e dos que trazem máscaras*. Ambos podem ser consultados em: COIMBRA, et. al., *Ordenações Manuelinas on-line*. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/ordemanu.htm>; e SALGUEIRO et. al., *Ordenações Filipinas on-line*. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>; Acesso em 26 abr. 2018.

Se para dois dos denunciante os ofícios de Baltasar, em conjunto com o ato sexual, reduziam sua masculinidade, não fica claro se tinham para si alguma correspondência com a sodomia a nível pessoal. No processo, ele fala brevemente que “serve de amassar pam e lavara roupa”⁵⁷. Isso seria alguma influência do pecado em seu cotidiano? Ou seja, ser penetrado por outros homens era internalizado por ele de modo a alterar sua raiz identitária e performativa de gênero como o termo “tapiro” poderia supor? Ele se sentia menos homem que os demais? Além disso, seria possível pensar que ele de fato amou algum deles? É também possível falar que ele era um homossexual?

Analisando os casos tratados por Mott em *O Sexo Proibido: Virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*⁵⁸, a correlação automática entre os termos não é evidente. O tapiro pode indicar um sodomita paciente, mas nem todos eles receberiam essa mesma denominação: ela serviu para situações específicas como esta. O autor encontrou em processos inquisitoriais portugueses várias referências a traços pessoais e gestos, o uso de roupas, penteados, cores e adereços que feriam o decoro e as regras de gênero. Tais elementos foram encontrados nos processos movidos pelo Santo Ofício contra Luiz Delgado, entre as décadas de 1660 e 1690. Destinados a mulheres, certos adereços causavam escândalo quando usados por seus amantes.⁵⁹

No processo analisado aqui, nenhuma caracterização semelhante é encontrada. Baltasar aparentemente não expressou outras atitudes sobre seu pecado além de arrependimento, choro e clamor por misericórdia. Ele afirmou várias vezes que o ato sexual propriamente dito não se repetiu após confissão que foi dada anos antes. Por outro lado, vimos que a sodomia frequentemente contemplava inversões de gênero que não estavam, necessariamente, relacionadas ao sexo anal. Nesse sentido, Baltasar da Lomba foi entendido por Mott como um homossexual que desempenhava serviços típicos de mulheres, invertendo os papéis sociais.⁶⁰

Citamos o caso de Luiz Delgado, em cujo processo figuravam homens com condutas escandalosamente entendidas como femininas. No entanto, temos uma outra ocorrência, trabalhada por Cássio Bruno de Araújo Rocha em *Masculinidades e Inquisição*: o processo do padre Frutuoso Álvares, condenado em 1593.⁶¹ Com 65 anos e

⁵⁷ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 15.

⁵⁸ MOTT, *O sexo proibido*, 1988.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ MOTT, *Revista ANTHROPOLOGICAS*, 2002, p.15-16.

⁶¹ ANTT:PT/TT/TSO-IL/28/5846.

com aspectos físicos em consonância aos padrões esperados para um homem de seu estatuto, desempenhou suas funções como líder espiritual, e esteve bem integrado à comunidade de que fazia parte. Estava, portanto, acima de qualquer suspeita.⁶²

Às escondidas, o clérigo praticou molícies e sodomias com diversos rapazes, sendo penetrado e inclusive desenvolvendo relacionamentos mais duradouros com alguns deles. O padre atribuíra seus pecados à fraqueza da carne, em detrimento de uma identidade sexual mais bem elaborada. “Percebe-se que a identidade de gênero do padre Frutuoso Álvares, não obstante suas práticas homoeróticas, pautava-se pelos padrões culturalmente hegemônicos de masculinidade”.⁶³ Natural de Braga, já havia passado por condenações anteriores até que, degredado para o Brasil, foi processado novamente pela Visitação. Não foi condenado à fogueira, mas a cumprir penitências espirituais e foi suspenso temporariamente de suas atividades, além de pagar os custos do processo.

O processo dele se assemelha ao presente estudo de caso em dois aspectos: Baltasar tinha, de acordo com o processo, por volta de 40 anos. Descrito como “hum home solteiro javelho de alguns cinquenta annos”, sugeriu-se que, fisicamente, ele já aparentava uma idade mais avançada.⁶⁴ Nenhum deles foi executado na fogueira e, no caso de Frutuoso, a alteração da sentença é atribuída, dentre outros fatores, à sua idade avançada. Ambos falam da sodomia como um pecado, uma fraqueza da carne.

Por outro lado, tal como os amantes de Luiz Delgado e ele próprio, Baltasar tinha reputação pública e notória de sodomita, o que induziu a reincidência no pecado como também propiciou novos encontros. Diferentemente dos dois processos acima, em que vários parceiros sexuais são investigados, confessam e são processados, nenhum dos índios veio ao visitador, o que limita nossas possibilidades de confrontação de discursos.

Além disso, diferente de Luiz Delgado, que era casado, e pe. Frutuoso, *a priori* comprometido com o celibato, Baltasar sempre fora solteiro. O casamento era uma das características mais importantes de distinção social.

O lugar superior do homem era performativamente reafirmado cotidianamente também, e talvez principalmente, nas relações

⁶² ROCHA, *Masculinidades e Inquisição*, 2016.

⁶³ Ibidem, p.153-154.

⁶⁴ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 2v.

familiares visando confirmar o lugar inferior de esposas, filhas e outras parentas ou dependentes.⁶⁵

Um agravante a ser considerado consiste no fato de que Baltasar morou, por muito tempo, com os índios do Gramame. Não tinha residência fixa ou família que pudesse disfarçar ou pôr dúvida sobre os boatos que circulavam.

A masculinidade era constantemente reafirmada, ainda que isso implicasse em graves consequências. Deste modo, Rocha analisou as performances de gênero depreendidas de homens e mulheres processados nas duas primeiras visitasões.

Estes homens, ao se tornarem bígamos ou concubinados, ao defenderem abertamente diferentes formas de fornicção ou o estado dos casados sobre o dos religiosos, ao proferirem blasfêmias as mais variadas ou ao praticarem concretamente os pecados de sodomia imperfeita ou de fornicção, colocaram em cena, por meio de seus corpos e de suas falas, modos de vivenciar a masculinidade. Esses comportamentos, por sua vez (...) não estavam em plena concordância com o ideal de comportamento masculino preconizado pela Igreja e pela Coroa Portuguesa.⁶⁶

Lembramos, mais uma vez, que esses comportamentos dissonantes eram desprezados pela sociedade e inclusive pelas testemunhas do processo. Considerar o sexo e o amor entre pessoas do mesmo sexo enquanto práticas aceitas e legitimadas podia ser tarefa muito mais difícil para os habitantes das capitanias... Os indivíduos eram enquadrados em sodomia porque subvertiam os propósitos biológicos pelos quais supostamente nasceram, seja a nível sexual ou comportamental. Os processos inquisitoriais registram também a subversão do tensionamento dos limites do que era aceitável nas interações entre homens e entre mulheres.⁶⁷

Dessa forma, podemos discutir o uso da expressão “membro verjil deshonesto” a se referir ao nefando. Como entender o adjetivo desonesto nesse caso? Para Bluteau se tratava de algo que feria “a castidade ou a pureza dos costumes”.⁶⁸ Como vimos, nas Ordenações do Reino a sodomia foi elevada à categoria de lesa-majestade: agrupava os delitos que feriam os princípios mais básicos do respeito à coletividade e ao bem comum. Eram crimes de lesa-majestade porque o monarca representava a comunidade política.

⁶⁵ ROCHA, op. cit., p. 125.

⁶⁶ Ibidem, p.100.

⁶⁷ MOTT, *O sexo proibido*, 1988.

⁶⁸ BLUTEAU, Vocabulário Portuguez e Latino. Vol. 3, p. 147-148.

Infrações desse nível feriam de maneira tão basilar as expectativas da comunidade que, a princípio, eram puníveis sem distinção de sangue ou estatuto. Esses crimes eram associados à falsidade, em contraponto à fidelidade: dar testemunho falso, falsificar moedas, furtar, apelar à feitiçaria e, por fim, a sodomia. Esta última se expressava como um problema na medida em que alterava a forma ideal de masculinidade e seus atributos.

A Inquisição não se importou em saber se Baltasar amou algum de seus parceiros ou se em seus pensamentos acreditava ser possível fazê-lo. Por aferir comportamentos e limitar-se ao foro externo, o que consta no processo são seus numerosos atos sodomíticos, que não resultaram em relacionamentos mais longos. É difícil contestar essa afirmação para além de uma possibilidade. Não constam atos como beijos, carícias ou masturbações, formas reconhecidas de expressão de afeto e amor próprias entre os amantes da época, consideradas pecados graves.

Além do ato sexual em si, a sodomia abarcava também, como vimos, inversões de gênero que não estavam, necessariamente, relacionadas à penetração anal. Analisando o processo de Luís Delgado, Mott descreveu atos como beijos, abraços, presentes, afagos, masturbações, toques nas genitais, e palavras que, pelos costumes da época, gerariam problemas de outra natureza se endereçados a mulheres. Inclusive, depois de separado de seus amantes, ele aparentemente sofria, chorando de amor e saudades deles, o que gerava indignação de sua esposa. Por mais que as pessoas da época não vissem os atos em si, as demonstrações de afeto e outras ações eram externalizadas e percebidas pela população como suficientes para que em pouco tempo fosse “...fama geral, entre brancos e pretos, e ninguém ignora na Bahia, que Luís Delgado era fancho e sodomita”.⁶⁹

Outros motivos para condenar Baltasar, e para que ele mesmo suplicasse pelo perdão, baseavam-se na consciência do que representava a sodomia. Da forma em que está descrito no processo, o sentimento de Baltasar em relação ao ato era somente de culpa e arrependimento.

Até este ponto analisamos a sodomia, da forma como é descrita pela sociedade colonial e a historiografia, pensando a ideia da masculinidade, em suas múltiplas facetas, como central nas relações sociais do reino. Com isso percebemos que a sodomia é justificada não apenas por simples exposição de um discurso bíblico. Ela afeta também pelos valores mais básicos da cultura política e da sociedade portuguesa, visto que é

⁶⁹ MOTT, op. cit., p. 81.

elevada ao crime de "lesa-majestade" pelas Ordenações Manuelinas. O Reino não apenas corrobora com a Igreja, como também tem suas próprias visões sobre a sodomia. Essas visões são compatíveis justamente porque ambos têm sua essência na cristandade.

Mesmo que Baltasar não esteja tão bem inserido nesta cultura masculinizante, ostentando valores e práticas pertinentes, é em referência a esses valores que ele é julgado e processado. É por ser entendido como um homem e pecador que ele é objeto deste campo jurídico.

Para essa sociedade, o sodomita não fazia amor com outro homem enquanto ambos homens. Da mesma forma, ainda que seus comportamentos fossem inadequados para o tipo de masculinidade que ele deveria expressar, ele foi descrito e julgado pelos demais como aquilo que deixava de ser. Suas ações eram percebidas em comparação a uma distorção: "*como se fosse mulher*". Dada a submissão feminina, o uso da expressão denuncia certa noção de inferioridade em que ele se colocava. O visitador também perguntara, como que em oposição, com quem mais Baltasar teria feito sexo anal, sendo "agente nefando de macho"⁷⁰, ou seja, sendo agente, penetrando, subvertendo uma prerrogativa entendida como natural. Desnecessário dizer que tal conduta, de qualquer forma, seria considerada criminosa, pecaminosa e objeto de julgamento do Santo Ofício, ainda que ao ato de penetrar e ser penetrado fossem atribuídas características de gênero.

É difícil dizer, para Baltasar, até que ponto ser um sodomita paciente interferia em sua virilidade e autoestima, ou se isso influenciava em suas predileções por afazeres domésticos ou outras externalizações, como comportamentos, ações, vestimentas, etc. Os depoentes poderiam afirmar que sim. A discussão sobre o emprego do termo *tibiro* nos fornece fortes indícios para acreditar que o processo fora iniciado pelos boatos e falas de testemunhas que recorreram ao comportamento social de Baltasar para corroborar suas afirmações e suspeitas, apesar de não terem visto o ato sexual acontecer.

Além da sodomia, o uso do termo *tibiro* abre portas para outra questão, sobre a correspondência entre sodomia e homossexualidade na historiografia sobre a Inquisição. Essa relação aparece em análises de muitos estudiosos, inclusive por Luiz Mott, um dos maiores especialistas em estudos inquisitoriais.

(...) para Baltasar da Lomba abundam as evidências de que era mesmo sodomita incorrigível, e mais ainda, o mais adamado de todos os

⁷⁰ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 13v

homoeróticos registrados na história nordestina. (...) este controvertido português que chegou na Paraíba com menos de 14 anos, lá pelos idos do Senhor de 1570, assumindo desde então postura, trejeitos e ofícios tradicionalmente exclusivos do sexo frágil: “costuma cozer, fiar e amassar pão como mulher”, e mais do que isto, se por fraqueza física ou predileção, só Deus sabe, tornou-se o fudidinculo mais famoso da Capitania, com um destaque notório: só se dava aos negros da terra, “servindo-se os índios das aldeias por onde passava Baltasar da Lomba, como fêmea, dizendo que era mulher deles e lhe chamavam de tibia – que quer dizer somitigo paciente”.⁷¹

Em análise sobre Baltasar da Lomba, Mott adota uma postura militante em relação aos estudos inquisitoriais, criando correspondências entre homossexuais e sodomitas perseguidos pela Inquisição, classificando-os como mártires e comparando experiências do passado com a agenda política do presente. Em suas interpretações encontramos, por vezes, algumas doses de anacronismo e teleologia.⁷²

Embora tendo vivido a maior parte de sua nefanda existência na vizinha Filipéia de Nossa Senhora, quando desta Visitação, Baltasar da Lomba assistia em Pernambuco, sempre “servindo de soldada”, isto é, empregado em casa de quem contratasse seus serviços de doméstica. Tais exemplos comprovam nossa tese de que, apesar da legislação draconiana e dos anátemas da Santa Madre Igreja contra o abominável pecado contra *naturam*, homossexuais ultra-efeminados ou publicamente reconhecidos circulavam com certa desenvoltura na novel colônia brasileira.⁷³

Em uma discussão muito bem elaborada sobre o problema, Cássio Rocha pontua algumas críticas à investigação histórica que opera o homossexual e a homofobia como fenômenos naturais, que percorrem as temporalidades históricas com pequenas particularidades, mas que conservam basicamente os mesmos elementos. Essas

⁷¹ MOTT, *Revista ANTHROPOLOGICAS*, 2002, p.15-16.

⁷² “Se compararmos a legislação inquisitorial na caracterização do crime de sodomia, com as leis dos países protestantes da mesma época, da Holanda, Suíça ou mesmo Inglaterra, somos forçados a concluir que o Terrível Tribunal de Lisboa foi muito mais tolerante com a homossexualidade do que as justiças reformadas. Na Alemanha Nazista, simples pensamentos homoeróticos foram matéria suficiente para levar aos campos de concentração supostos homossexuais, avaliando-se em 300 mil os “schwul” (gays) assassinados pelo Nazismo.” MOTT, *O Sexo Proibido*, 1988, p.114-115.

⁷³ MOTT, *Revista ANTHROPOLOGICAS*, 2002, p.15-16.

interpretações se assentam na ideia de que a prática sexual corresponde a uma identidade fixa e, portanto, natural, atemporal.

Uma história articulada deste modo corre o risco de gerar simplificações e anacronismos, pois as experiências de *gays* do século XX e de sodomitas dos séculos XVI ao XVIII guardam significativas diferenças – a começar pelos termos com que cada grupo significava suas preferências homoeróticas; os primeiros como condição mais fundamental de sua identidade de sujeitos humanos, os segundos como pesado e prazeroso pecado da carne.⁷⁴

Em trabalho voltado para a história da criminalização da homossexualidade no Brasil, Vianna e Prestes apontam o contraste entre os sodomitas no Brasil colonial e os homossexuais, categoria criada pela medicina no século XIX. Se até então a sodomia reunia práticas resultantes de desvios morais tipificados como delitos tanto por laicos quanto por eclesiásticos, posteriormente, o homossexual foi tratado como fruto de um desvio biológico, uma patologia degenerativa do instinto sexual.⁷⁵ Para Foucault, “o sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie”.⁷⁶ Para Vainfas, entretanto, o sodomita não podia ser reduzido a um criminoso, pois as definições de sodomia se desenvolveram contemplando tanto saberes eruditos quanto eram apropriados e entendidos pelas sociedade no geral.⁷⁷

Pela forma como está descrito no processo, o comportamento de Baltasar era de culpa e arrependimento. Veremos no capítulo seguinte que para ele era mais vantajoso proceder dessa maneira. Aparentemente, insistir numa identidade próxima do homossexual significaria assumir, perante a instituição, um comportamento imutável, reincidente. A estes, a fogueira era um caminho mais provável. Por outro lado, afirmar a fraqueza humana como algo a ser espiritualmente superado poderia abrir caminho para uma penitência alternativa. Fala-se mais em culpa, em fraqueza, do que em erro.

⁷⁴ ROCHA, *Masculinidades e Inquisição*, 2016, p.160-161.

⁷⁵ PRESTES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. In: LOBATO, Wolney; SABINO, Cláudia de Vilhena S.; ABREU, João Francisco de. (org.). *Iniciação científica: destaques 2007: Volume 1*. Belo Horizonte, Ed. PUC Minas, 2008.

⁷⁶ FOUCAULT, *A História da Sexualidade I*, 1999, p. 44.

⁷⁷ VAINFAS, *Trópico dos pecados*, 2010.

De qualquer forma, os sodomitas eram entendidos dentro de uma rede de sentidos mais restrita, juridicamente e socialmente falando. Esse espaço não permitia que aquela sociedade enxergasse Baltasar como além de “não-sendo” o que se supunha que ele deveria ser. É por isso também que se deve ter cautela com o uso do termo “homossexual”, enquanto uma forma de identidade como conhecemos. As formas como Baltasar e o pe. Frutuoso falam sobre os atos sexuais não permitem que sejam indubitavelmente associadas a uma orientação sexual. Ou seja, no contexto de um processo inquisitorial, o práticas homoeróticas⁷⁸ não necessariamente redundou em homens que se identificavam como homossexuais.

Entender a sexualidade de Baltasar pelo ângulo da homossexualidade deu menos relevo ao passado e o estudo de suas próprias concepções, de modo que se explorou aquelas vivências em função de circunstâncias e problemas do século XX. Entre os períodos existem diferenças cruciais entre as percepções de identidade, sexualidade, amor, reprodução e prazer, bem como saberes e aparelhos repressivos que os condenaram ao longo da história.

⁷⁸ “...o termo homoerotismo ganha relevo na abordagem de comportamentos eróticos entre pessoas do mesmo sexo em diferentes momentos no tempo e no espaço [...], por ser mais flexível e não estar desde já carregado pelos investimentos de poder e pelos preconceitos sociais que saturam a categoria de homossexualidade. O homoerotismo é uma categoria cuja flexibilidade é mais adequada para descrever a pluralidade das práticas e os desejos de pessoas por outras do mesmo sexo. Ele afasta também as referências à patologização destas práticas, subjacente à categoria homossexualidade em seu contexto original de produção (...). Assim, a categoria, desprovida de significados, tem espaço para a interpretação de fenômenos em pontos diferentes no tempo e no espaço e que dizem respeito a práticas que, com sentidos muito diversos, coexistem no passado histórico e no presente do analista – como amor e prazer entre homens e mulheres.” ROCHA, op. cit., p. 171-172.

CAPÍTULO 2. UM PERFIL DIGNO DE MISERICÓRDIA

Contrariando as Ordenações do Reino, cuja pena para a sodomia era a morte na fogueira, a sentença de Baltasar revelou um desfecho relativamente mais brando. Em 16 de março de 1595 a Visitação decidiu que

...o Reo balthazar da Lomba em pena e penjtencia de tam graves deljctos va degradado sete annos para as galles do Rejno pera as quaes sera embarcado preso na forma ordjnarja pera nellas servjr ao Remo sem vemçer soldo os djttos sete annos nos quaes se confessara sempre nas festas prjncjpajs do Natal pascoa espjritu santo nossa senhora de agosto e antes de seer embarcado se confesse de confissão geral e lhemaõ do que nunca mais perpetuamente torne a capjtanja da Parayba por justos Respejtos e pague as custas dada na mesa da Vjsjtação do sancto offjejo em oljnda de pernaõbuco aos dezaseis de março de mjlequjnhentos e noventa e cjnquo...⁷⁹

Para responder a este problema, neste capítulo trataremos sobre o exercício da defesa de Baltasar, partindo do pressuposto de que ela interferiu na definição da sentença. Valorizaremos a forma como o réu explorou as circunstâncias e os fatos, construindo um perfil apto a receber uma penitência menos desastrosa.⁸⁰

Ao oferecer essa oportunidade de recondução do pecador à salvação, tamanha responsabilidade era também alvo de grandes preocupações e observância às normas. Fernandes⁸¹ identificou processos revisados pelo Conselho Geral do Santo Ofício, instância que se posicionou sobre sentenças que julgou brandas ou rígidas demais, embora fosse raro que se alterassem as decisões. Na capa do processo de Baltasar foi feita a anotação: “a pena ordinaria deste dilicto he morte”.⁸²

⁷⁹ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fls. 19-20v.

⁸⁰ Embora não seja o caso de Baltasar, convém observar que segundo Alécio Fernandes, “...é possível citar (...) processos da Primeira Visitação em que foi oferecido – e pelos réus aceito – o direito de se defender juridicamente por meio de um procurador”. FERNANDES, Alécio Nunes. “Que seja absoluto da pena”: considerações sobre a defesa dos réus em processos inquisitoriais da “Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil”. *Revista história, histórias*, volume 5, número 10, ago. dez. 2017, p. 13.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Além do processo de Baltasar, há também outros quatro casos identificados por Fernandes. No processo de Salvador Romeiro, deste conjunto o único que passou por Auto-da-Fé público e açoites, o Conselho Geral indaga “que rezaõ ha pera não se dar a pena ordinaria ao Reo pois consta que cometeu e cõsumou o peccado nefando” (ANTT:PT/TT/TSO-IL/028/11519, fl. 1). Para André de Freitas Leça, de Olinda, “este dilicto tem penademorte por direito” (ANTT:PT/TT/TSO-IL/028/8473, fl. 1). Semelhantes declarações aparecem para João Freire (ANTT:PT/TT/TSO-IL/028/2557, fl. 1) e Diogo Henriques (ANTT:PT/TT/TSO-IL/028/6349, fl. 1), ambos também residentes em Olinda. Não sabemos dizer porque, por coincidência, todos eles viviam na capitania de Pernambuco. Em todo caso, apesar de agravarem a situação dos réus, essas observações aparentemente não redundaram em reversão das variadas penas,

Analisando as punições aplicadas pelo Santo Ofício português, Gomes nos informa sobre as práticas processuais mais comuns quanto aos sodomitas.

Tanto os que procurassem a Mesa Inquisitorial pela primeira vez – não estando delatados – quanto os que se apresentassem depois de denunciados, seriam recebidos com misericórdia. Aos primeiros, mesmo que as testemunhas aparecessem após suas confissões, não receberiam pena alguma, sendo apenas admoestados para que não voltassem mais a pecar. Do contrário, seriam punidos com grande rigor. Por sua vez, os apresentados que já estivessem delatados ou se, após sua confissão, o número de testemunhas crescesse, ainda sim não seriam sentenciados a pena pública, recebendo alguma penitência secreta. Todavia, não se tratava de uma medida benevolente. Procurava-se evitar que a pena pública e a infâmia impedissem os culpados de vir confessar suas culpas e descobrir parceiros com que as cometeram.⁸³

Para a autora, em comparação às demais inquisições modernas, as punições previstas nos manuais e regimentos do Santo Ofício português eram mais amenas. Embora não eliminasse a necessidade de punição, a confissão era juridicamente capaz de atenuar sanções de pecados e crimes mais graves como a sodomia. Além disso, o que estudos mais recentes têm demonstrado é que nem sempre as penas eram aplicadas conforme as prescrições, revelando diferenças entre os códigos, com penas mais rígidas, e práticas de justiça, com penalidades mais leves que, de fato, constam nos processos.

Desde 1536, quando começou a inquisição em Portugal, até 1732, saíram em autos-de-fé 24.522 pessoas. Destas foram condenadas à fogueira 1.447; executadas foram 1.032 e queimadas em estátua outras 415 que haviam escapado às garras da Inquisição.⁸⁴

Segundo Fernandes, esses dados devem ser entendidos na perspectiva de que “a desproporção entre crimes confessados e/ou delatados e aqueles que se tornaram

possivelmente operando como mecanismos de controle da ação inquisitorial. Sobre isso, além das outras de obras listadas deste autor, também ver: FERNANDES, Alécio Nunes. Por “defeito da prova”: a sentença de absolvição em processos inquisitoriais do Tribunal de Lisboa (século XVI). *Comunicação proferida no XXIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, em 2017*; FERNANDES, Alécio Nunes. A construção da verdade jurídica no processo inquisitorial do Santo Ofício Português, à luz de seus regimentos. *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 491-535, jul./dez. 2013; e PIMENTEL, Helen Ulhôa. Sob a lente do Santo Ofício: um visitador na berlinda. In: *Textos de História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, volume 14, números 1/2, 2006.

⁸³ GOMES, Verônica de Jesus. *Vício dos clérigos: a sodomia nas malhas do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p.67.

⁸⁴ WOLFF, Egon. Aspectos da Inquisição Portuguesa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 148(357), p. 506 - 509, out./dez. 1987, p. 508.

processos é bastante considerável”.⁸⁵ Para o autor, há também uma desconexão entre a gravidade de alguns delitos e as sentenças recebidas, isto para os que efetivamente foram encaminhados pela Visitação.

É preciso considerar que para o Santo Ofício o propósito das penitências e das execuções ia além da intimidação. O Auto da Fé era também uma forma da instituição se fazer presente: uma cerimônia que reunia as principais autoridades laicas e eclesiásticas, em que os sentenciados cumpriam penitências publicamente.⁸⁶ Mesmo para aqueles foragidos ou já falecidos, as punições *post mortem* simulavam rituais como a queima na fogueira, açoites e sobretudo a exposição pública – e consequentemente o reforço do medo e do temor – por meio de retratos ou efígies.

Existiram, por outro lado, Autos da Fé privados, como foi o caso de Baltasar. Optava-se por evitar a exposição dos sentenciados em sodomia para não prejudicar a apresentação de outros sodomitas ao Tribunal nem escandalizar a sociedade, mas houve situações em que isso aconteceu.⁸⁷ Ademais, parecia comum que os inquisidores portugueses não aplicassem a penalidade máxima em réus com o perfil de Baltasar.

Gomes afirma que, durante o século XVI, três foram queimados na fogueira, enquanto que no século seguinte, outros vinte e sete padeceram sob esse suplício.⁸⁸ O perfil desses sodomitas revelava a reincidência no nefando: “...o indivíduo que interessava à Inquisição era o sodomita inveterado, incorrigível, devasso, considerado com poucas possibilidades de emenda...”.⁸⁹ As penalidades se intensificavam conforme a reincidência e o escândalo. As penas para sodomia variavam entre

... degredo, açoites – estes para os que não fossem de qualidade – confisco de bens, além da penalidade máxima: a fogueira, destinada tanto aos que, pela terceira vez, tivessem contra si prova legítima de igual lapso, já que eram tidos por incorrigíveis...⁹⁰

⁸⁵ FERNANDES, *Revista história, histórias*, 2017, p. 7.

⁸⁶ BETHENCOURT, *História das Inquisições*, 2000.

⁸⁷ A partir do Regimento de 1640, “Quem fosse repellido no crime deveria ouvir sua sentença na sala da Inquisição – ‘pelo grande escândalo e dano que pod[ia] resultar de se levarem a auto público semelhantes culpas’ – recebendo como pena o degredo para a Ilha do Príncipe, São Tomé ou Angola”. GOMES, *Vício dos clérigos*, 2010, p. 69. Todavia, segundo a autora, havia ainda a possibilidade de fazê-lo em auto público, desde que se julgasse conveniente por razões e circunstâncias particulares.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 67.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 70.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 67.

Vimos que o nome de Baltasar envolvia uma má fama muito perigosa. Ele era, de certa forma, escandaloso. Acreditamos que isso influenciou em sua sentença, mas não o suficiente para levá-lo à fogueira, visto que ele não havia sido processado anteriormente pelo Santo Ofício ou por qualquer outra instância.

É bem possível também que Baltasar não tenha sido torturado ao longo do processo. Como um instrumento jurídico legítimo para as investigações, a tortura foi discutida em vários dispositivos legais e normativos: apesar de prevista, precisava obedecer a certos requisitos para ser considerada legítima. Não encontramos qualquer menção a isso no caso estudado, e no Manual dos Inquisidores, Francisco de La Peña afirma que a tortura é aplicada quando outros meios, como o interrogatório, falham em obter a confissão ou quando algo a obscurece.⁹¹ A princípio, trata-se de um paliativo para a falta de provas ou confissões, e “... não se deve recorrer à tortura nos delitos manifestos, mas somente nos delitos ocultos, que são mais difíceis de comprovar”.⁹²

As Ordenações Manuelinas assim reiteravam, recomendando discernimento no uso da tortura no reino, para que dela não resultasse uma confissão falsa. Em relação à sodomia, esse dispositivo era aplicado em casos de réus que, sob fortes suspeitas, negavam-se a confessar ou que se contradiziam em seus depoimentos.⁹³ Segundo Mott, durante a duração da Inquisição Portuguesa, nos tribunais de Lisboa, Coimbra e Évora, não passou de 25% o número de processados em sodomia que foram de fato torturados.⁹⁴

Contudo, carecem informações sobre o período em que ficou preso, e por isso não negamos a possibilidade e nem diminuimos outros sofrimentos, sobretudo a violência psicológica empregada. Provavelmente Heitor Furtado perguntou a Baltasar sobre as consequências do pecado de sodomia: “...e perguntado mais djsse que quando elle fazja os djtto pecados bem sabia elle Reo que queimavaõ a quem os fazia...”⁹⁵

Diante do que foi exposto, a sentença recebida por Baltasar foi atribuída também às circunstâncias do processo em si. Buscamos entender, internamente, as motivações e

⁹¹ O Manual lista várias estratégias para confrontar hereges em interrogatório. A tortura é uma delas, porém todas enaltecem e privilegiam qualidades como sagacidade, a malícia e a astúcia do inquisidor. Caso o réu se mostre relutante, contraditório ou confuso em suas afirmações e, ainda sim, não confessar, “...isso bastará, juntamente com os outros indícios, para leva-lo à tortura, e arrancar-lhe a confissão”. EYMERICH, *Directorium Inquisitorium*, 1993, p.125.

⁹² Ibidem, p. 210.

⁹³ GOMES, *Vício dos clérigos*, 2010, p. 61.

⁹⁴ MOTT, 1988, p. 79.

⁹⁵ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 13V.

as particularidades que definiram tal desfecho. Uma vez que a sentença não era aplicada tal como descrita nos códigos normativos, há espaço para refletir sobre que circunstâncias a definiram.

Isto porque na proposta deste estudo de caso, privilegiamos aspectos mais internos e circunscritos, como os argumentos operados pelos envolvidos, os cenários, as circunstâncias e os jogos políticos ali estabelecidos. A partir dessas análises, que abrangem curtos espaços de tempo, visamos elucidar e colaborar quanto ao conhecimento sobre as práticas de justiça ao longo dos três séculos em que o Santo Ofício esteve ativo, bem como com os consensos historiográficos pertinentes. A breve discussão sobre os procedimentos adotados pela instituição visou a análise dos fatores que constituíram o processo.

Argumentamos então que houve circunstâncias mais específicas a influenciar na decisão da sentença. Para tanto, analisaremos as formas pelas quais o processo foi construído entre os envolvidos, de modo que se criaram representações dos fatos. Aqui, nos importa a forma como Baltasar apresentou seu pecado e mobilizou pontos de defesa para escapar ou aliviar sua situação. Como discutimos no capítulo anterior, o processo inquisitorial possui um caráter ambivalente pois a “tradução” feita pelos inquisidores não elimina as vozes dos envolvidos na inquirição.

Ginzburg, como vimos anteriormente, atenta para uma relação dialógica que se expressa nos processos inquisitoriais, com diferentes intensidades.⁹⁶ Para o presente estudo de caso, elencamos alguns detalhes que identificamos como possíveis argumentos de defesa, mobilizados pelas formas como os relatos se apresentam enquanto se confessa.

Ao abordar esse ponto, não pretendemos aqui diminuir atitudes que hoje entendemos pelo prisma do desrespeito aos direitos humanos, da intolerância, do preconceito e da violência justificada na religião. É necessário cuidado para não relativizar as atitudes do Santo Ofício pela avaliação da observância ou não às suas próprias regras, uma vez que o estudo de caso proposto aqui também contempla o funcionamento da instituição. Isso geraria, na expressão de Bruno Feitler, “uma lenda rosa da Inquisição”.⁹⁷ Esses elementos se integram à análise com o objetivo de entender como foi possível que a instituição comportasse um discurso tal qual formulado por

⁹⁶ GINZBURG, *A micro-história e outros ensaios*, 1989.

⁹⁷ FEITLER, *Nas malhas da consciência*, 2007, p. 17.

Baltasar. Trata-se de um exercício que se dedica a pensar historicamente, em detrimento, obviamente, de um relativismo capaz de defender ou justificar atrocidades.

É bem verdade que ao falar sobre seus parâmetros e situar a análise exclusivamente na burocracia, corre-se o risco de assumir o discurso da fonte tal como ele se apresenta. É importante ressaltar, contudo, que lidamos aqui com a análise de uma tentativa de defesa em nada parecida com os procedimentos atuais. Baltasar não fora informado sobre o porquê de estar preso, tampouco quem o acusou ou de quê. Não teve conhecimento sobre o conteúdo dos autos. O temido Tribunal exigia segredo dos envolvidos e a presença inquisitorial ameaçava de diversas formas: além dos castigos físicos e penitências públicas, o envolvimento com o Santo Ofício representava uma mácula difícil de carregar. Além disso, o local de degredo, bem como sua duração e as circunstâncias de trabalho representavam real ameaça: além da pobreza, muitos adoeciam e morriam devido às condições de trabalho.⁹⁸

Feitas as devidas ressalvas, como um dos argumentos centrais de sua defesa, destacamos primeiramente a atitude do réu de reforçar em vários momentos uma confissão feita sete anos antes, e o cumprimento das penitências devidas à época, além da não reincidência no pecado da sodomia. Com isso, ele se declarava emendado, corrigido. Mas antes de prosseguir, considero importante ainda entendermos a operacionalidade do Tribunal numa localidade tão afastada, à luz do caso aqui estudado. Conhecer a organização eclesiástica anterior à visita nos parece essencial para expor o problema.

Quando não havia visitas, Feitler nos explica que seculares e regulares trabalharam de forma decisiva como colaboradores do Santo Ofício. Em sua obra *Nas malhas da consciência*, encontramos detalhes sobre as negociações e nuances desse processo complexo de cooperação por meio do qual pessoas eram enviadas ao Tribunal de Lisboa, ao qual a América Portuguesa estava subordinada.⁹⁹

Em meio a variadas estratégias políticas que visavam a garantia do controle sobre as possessões ultramarinas, por meio das visitas pastorais a vigilância do Clero sobre o comportamento dos fiéis operava uma catequese da colônia. Com elas, os eclesiásticos podiam tomar conhecimento do estado espiritual dos súditos. Nesse sentido, as fontes trabalhadas pelo autor atestam os desafios da realização dessas visitas, constituídas por

⁹⁸ CALAINHO, *Agentes da Fé*, 2006, p.137.

⁹⁹ FEITLER, op. cit.

equipes diminutas e com poucos recursos, encarregadas de tratar dos pecados de uma população relativamente numerosa. Em relação aos casos de âmbito inquisitorial era-lhes permitido proceder, desde que autorizados e acompanhados fielmente pelos inquisidores de Lisboa. Obviamente, houve situações em que isso não ocorreu.

Nessas comunicações entre o Clero local e os inquisidores em Lisboa, além de conflitos, há constante reforço da necessidade de “adaptação da legislação canônica à realidade luso-americana”.¹⁰⁰ A ação do clero local, dos inquisidores e seus delegados – entre eles os visitantes do Santo Ofício – pode ser entendida pela interação entre as regras e as circunstâncias, além da ação ativa dos sacerdotes que conheciam os fiéis e deveriam reportá-los ao Santo Ofício.

No entanto, foi comum, especialmente nos primeiros anos de colonização, que as autoridades eclesiásticas locais excedessem suas jurisdições e procedessem de acordo com as necessidades espirituais mais imediatas do sertão. É curioso que esse perdão e a reconciliação do cristão com a divindade não tenham sido operadas, no caso aqui estudado, da maneira que se devia. Isto foi mobilizado pelo réu em sua defesa. Depois da primeira sessão em que confessou todos os atos sodomíticos do processo, Baltasar finaliza, relatando

...que estas são as culpas de que se lembra do as quaes todas fez e obrou em espaço de hum anno pouco mais ou menos avera ora sete ou oito annos pouco mais ou menos dos quaes este confessou ao padre travaços da companhja que o reprehendeo mujto e lhe deu penjtenia espjrtual e de então peraqua se emendou e afastou de taes torpezas das quaes djsse que estava mujto arrependjdo e pedja perdaõ em rsjrjcordja...¹⁰¹

Consideramos que o pe. Travaços era um jesuíta. Ao mencionar o perdão recebido, Baltasar procurou amenizar seus atos sodomíticos do passado com uma atitude duradoura, corretiva e de cuidado com sua alma. Isto gera uma pequena tensão entre o poder do sacramento da confissão realizado pelo padre e a prerrogativa inquisitorial de agir sobre os sodomitas. Como se justificaria uma nova ação sobre pecados dos quais já se obteve perdão e não houve recaídas? O processo registra uma defesa apresentada de forma sutil, pois o réu não se atreveria a falar explicitamente em injustiça. Pelo contrário: ele reafirmou seu arrependimento em todas as sessões seguintes com o visitador “...com

¹⁰⁰ Ibidem, p.38.

¹⁰¹ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 11.

lagrimas logo djxe que estava mujto arrependjdo (...) e que pedja perdaõ e mjsjrcordja...”.¹⁰². Ele não questionou a legitimidade da ação do tribunal.

A Inquisição se portava como uma instituição que oferecia, com misericórdia, a chance de reconciliação entre Criador e criatura, apartados pelo pecado. É bom lembrar que, a depender dos pecados e das circunstâncias, essa reconciliação poderia demandar uma execução traumática. A afirmação de que anos antes houve confissão, penitência e perdão deve ser entendida na perspectiva de que Baltasar apelou para que os atos dos jesuítas não fossem desconsiderados pelo visitador, ou ainda, que fossem suficientes para atenuar as suspeitas sobre o réu ter reincidido depois desse período. Ainda que Baltasar tivesse, de fato, cometido o crime de sodomia apenas em meados de 1580 somente ao Santo Ofício caberia qualquer ação. Àquela altura os inquisidores portugueses já eram autorizados a proceder nesse delito.

A rigor, o caso de um sodomita deveria ser feito em conjunto com ambas as autoridades que colaboravam em prol da salvação das almas. Obviamente não podemos esquecer das dificuldades apontadas por eclesiásticos ao longo de todo o período colonial, que, em vários momentos, impediram-lhes de encaminhar a questão desta maneira. Proceder de forma contrária, aparentemente, fazia-se necessário para remediar males e pecados que afligiam a colônia e que não podiam esperar.

A questão vai além de decidir se Baltasar iria à fogueira ou se o perdão antes oferecido impediria tal ação. A isto se adiciona o fato de a primeira visitação ter sido realizada em colegiado. Entre 1593 e 1595, a Visitação se encontrava em Olinda. Além de Heitor Furtado de Mendonça e o notário que redigiu o processo de Baltasar, temos ampla colaboração local: além do bispo d. Antônio Barreiros, entre dois e quatro assessores e teólogos do visitador oriundos das ordens religiosas locais. “Na maioria das vezes, os jesuítas ocuparam dois cargos, e após a partida do bispo [para uma visita pastoral em Pernambuco], foi um jesuíta que o representou durante as deliberações”.¹⁰³

Outras ordens como os franciscanos, beneditinos e carmelitas também colaboraram com o Santo Ofício em terras brasileiras. Os frades franciscanos Antônio da Ilha e Simão d’Assunção figuram neste processo como testemunhas. Depois de jurarem os evangelhos, “foraõ perguntados (...) se lhes parecja que a djtta testemunha [Francisco

¹⁰² ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 14V.

¹⁰³ FEITLER, *Nas malhas da consciência*, 2007, p. 128.

Barboza] falava verdade”¹⁰⁴ e em seguida o processo foi iniciado. O visitador aparentemente teve o cuidado de ratificar os boatos iniciais com auxílio de autoridades tidas como idôneas e que conheciam aquela comunidade. Eles provavelmente sabiam da fama de sodomita de Baltasar embora não soubessem de boa parte de seus encontros. Depois de lidos os autos, o visitador decidiu uma sentença, na qual assinaram vários indivíduos, entre eles o Frei Damião da Fonseca, Vicente G. Fr. e Leonardo Armínio.¹⁰⁵

Baltasar foi interrogado nos dias 28 de fevereiro, 9 e 13 de março, sendo que no dia 16, sua sentença foi emitida. Meses depois, em Olinda, Ana Lins e seu marido Bartholomeu Ledo foram até o visitador contar que entre 1570 e 1575 conheceram Lomba: rapaz de cerca de catorze anos que vivia na freguesia de Santo Amaro e que já carregava a fama de sodomítico. Embora o casal não tivesse presenciado nenhum ato, dele ouviam falar entre seus índios escravizados e outros da vizinhança. O marido inclusive sabia que, à altura de seu depoimento, Lomba se encontrava preso pelo Santo Ofício. Chama bastante nossa atenção que, depois de pelo menos vinte anos, eles ainda se lembrassem de Baltasar. Do passado, no entanto, não houve qualquer menção nominal aos índios que sodomizaram com o réu.

Guardadas as devidas proporções, chama a atenção a forma como estes depoimentos foram muito breves e bem direcionados a heresias e pecados da jurisdição do Santo Ofício. No entanto, existem outras duas ressalvas. Argumentamos no capítulo anterior que o formato do texto também é atribuído à interpretação e ao direcionamento do inquisidor para obtenção da confissão e seu devido registro, apropriados para instaurar um processo, constatar uma heresia/crime/pecado e, por fim, proferir uma sentença. Por outro lado, também é plausível que aquelas pessoas já soubessem exatamente o que importaria dizer e Baltasar soubesse exatamente porque foi preso e chamado à mesa da Inquisição. Todos, e inclusive ele mesmo, sabiam da fama que o precedia e das consequências. Um dos rituais mais importantes da chegada do Santo Ofício a uma localidade era a publicação do Édito da Fé, que visava informar sobre os crimes de jurisdição inquisitorial. Após a chegada do visitador, era comum que esse documento fosse fixado na Igreja ou lido durante a missa.

¹⁰⁴ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 5.

¹⁰⁵ Ibidem, fl. 15v.

Existiam também outras motivações para se falar de Baltasar pois ele era, de certo modo, escandaloso. Já passamos por esse adjetivo várias vezes: é utilizado aqui de maneira peculiar, referindo-se ao potencial de impactar negativamente a salvação de terceiros. Agrava-se o pecado para além das consequências que ele tem para o próprio indivíduo, em atitude de desrespeito e desprezo à salvação dos demais.¹⁰⁶

Essa concepção dramatiza ainda mais o alcance dos escândalos contra a religião, pois além de ofender o público, eles punham em risco a salvação de todos os que se encontrassem em sua presença, ou tivessem conhecimento, das palavras ou atos escandalosos.¹⁰⁷

Informar à comunidade das competências inquisitoriais era uma forma de incentivar o comparecimento diante do visitador e o descarrego das consciências, culpadas e receosas da punição divina. É preciso entender a Inquisição portuguesa enquanto instituição criada para atender determinados fins, específicos da sociedade em questão e que possuía dispositivos que faziam sentido para aquele tempo, alterando também as dinâmicas próprias dos lugares visitados.¹⁰⁸

Para Cavalcanti, desde a fundação do Tribunal até a década de 1640, a civilização ocidental, de modo geral, experimentou um período em que se temia a degeneração da civilização a qualquer momento. “Nesse período o Tribunal do Santo Ofício foi o realizador, o efetivador de toda uma cultura de expectativas de que a modificação e a transformação do mundo ocorreriam com a regeneração da ortodoxia católica.”¹⁰⁹ Medos alimentados por vários temores: o pecado causando a ira de Deus, expressa por desastres naturais; a invasão dos mouros, no caso ibérico; o medo das bruxas, o medo da figura judaica ou moura por trás do cristão-novo...¹¹⁰

¹⁰⁶ FEITLER, *Nas malhas da consciência*, 2007.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 231.

¹⁰⁸ CAVALCANTI, Carlos André Macêdo. O Imaginário da Inquisição - A Inquisição na Paraíba, 14º tema. In: *Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/IHGP, 2000. Disponível em: <http://ihgp.net/pb500.htm>. Acesso em 30 out. 2016.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Segundo o Francisco de La Peña, em 1578, “Por causa da heresia, a verdade católica se enfraquece e se apaga nos corações; os corpos e os bens materiais se acabam, surgem tumultos e insurreições, há perturbação da paz e da ordem pública. De maneira que todo povo, toda nação que deixa eclodir em seu interior a heresia, que a alimenta, que não a elimina logo, corrompe-se, caminha para a subversão e pode até desaparecer. A História dos antigos prova isso. E o presente também, mostrando-nos como exemplo de prósperas regiões em reinos em franco desenvolvimento atingidos por grandes calamidades por causa da heresia.”, EYMERICH, *Directorium Inquisitorium*, 1993, p. 32.

Essa responsabilidade cristã da salvação do seu próximo, implícita na “caridade” mencionada nos regimentos, era um elemento-chave da ortodoxia católica buscada pela Inquisição. Ela tornava a delação indispensável para a vida futura, invertendo o significado de um sentimento que presumidamente surgiria numa situação como esta: se esperaria, de um modo que confesso possivelmente anacrônico, que a delação provocasse um sentimento de culpabilidade, mas os inquisidores esperavam justamente o contrário – para eles, a delação era a solução para esse sentimento de culpa, e não sua causa.¹¹¹

O ato de denunciar não seria, como poderíamos supor, prejudicial ao pecador, pois encaminhava, conforme as necessidades espirituais, as almas de denunciados e denunciantes à salvação. Portanto, fiéis e clero eram responsáveis pela alma do próximo, que poderia, com seus pecados, condenar a todos.

É por esse motivo também que, antes mesmo de denunciar, algumas testemunhas tomaram outras providências. Francisco Barboza, depois de espiar Baltasar e o índio Cahuy numa rede, convenceu-se de que estavam no trabalho nefando e, num primeiro momento, voltou para casa. Depois de alguns dias confrontou os dois sodomitas em oportunidades diferentes.

...despois de passados alguns djas elle denunciante reprehendendo o djtto lombra estando ambos soos no Gramame e lhe djxe de como elle o vjra na djtta nojte estar com o djtto negro fazendo o djtto peccado nefando e lhe dere os sinais do que eles fallaraõ e ho admoestou mujto que seapartase do djtto peccado e o djtto baltsar da lombra se callou totalmente e não lhe respondeo nada...¹¹²

De forma semelhante, Bartholomeu Ledo fez o mesmo com seus índios que, como vimos no capítulo anterior, se gabavam por dormirem com Baltasar. A testemunha “pellejava por isso com os djttos seus negros que ja são mortos”.¹¹³

Aparentemente, Francisco Barboza também demonstrou preocupação com a salvação da alma de Cahuy, índio que nem mesmo era batizado. Essa atitude revelou ainda o que seria um posterior inconveniente para o réu, pois naquela mesma época, o denunciante “...em outro dja tornou ao djtto negro soo e o reprehendeo e elle lhe respondeo que o djtto balthasar da lombra era ho que o nao querja dejxar confessando lhe que era verdade dizendo que elle o buscava e levava para sua casa...”.¹¹⁴ Se por um lado

¹¹¹ FEITLER, *Nas malhas da consciência*, 2007, p. 230.

¹¹² ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 3-3v.

¹¹³ Ibidem, fl. 17v.

¹¹⁴ Ibidem, fl. 3v.

Cahuy confirmara que a iniciativa, nesse caso, não partiu de Baltasar, coloca-se outro problema: o ato teria acontecido depois do perdão concedido pelos jesuítas.

Antes mesmo de sua primeira confissão, a defesa já era contestada por outros depoimentos. Na segunda confissão, no dia nove de março, o visitador pergunta sobre o episódio em questão. O réu continuava firme: perguntado quanto ao pecado cometido depois do perdão dos jesuítas, “respondeo que nunca peccou com o djtto negro mas que ha mujto mais tempo que os djttos quatro annos naquela conjunção de tempo”.¹¹⁵ Baltasar alegou não ter tido qualquer contato homoerótico com o índio em questão, cujo nome ele se lembrava: Fernando. Eles “...andaraõ pegados hum no outro mas elle Reo nunca consentio com elle nem chegaraõ a effectuar o peccado...”.¹¹⁶

Aqui, o consentimento serviu como um atenuante: quaisquer que fossem os motivos para Baltasar se deitar com outros homens, é estrutural para sua defesa que, em alguns momentos, ele venceu a fraqueza da carne e negou-se a pecar, mantendo essa postura depois de corrigido e emendado. No entanto, por conta de sua reputação, a relação de amizade com Fernando fora mal interpretada.

Baltasar contou ao visitador que sabia que estava sendo vigiado por Francisco Barboza que, na época do suposto mal entendido, inclusive viera contar-lhe que uma negra, escrava de Duarte Gomes, dissera ao Barboza para espiar a casa de Lomba. Aparentemente, não foi numa dessas espiadas que Baltasar de fato consumou o ato. Em sua defesa, acontecera então um mal entendido, pois se houve algum episódio da rede, ele efetivamente acontecera na roça de Duarte Gomes. Mas só poderia ter acontecido em outro momento e com outra pessoa, que os autos do processo já conheciam: o índio Fatu, de muitos anos antes!

Heitor Furtado provavelmente pediu-lhe que contasse melhor essas histórias, cruzando nomes, datas, vezes e locais. O objetivo era verificar contradições e saber se o testemunho de Francisco Barboza poderia ser válido do ponto de vista dos fatos. Não foi questionada toda a delação, pois ainda pesavam contra o réu o fator do escândalo e uma masculinidade diminuta, como descrita por várias testemunhas. Apesar disso, nessa confrontação Baltasar conseguiu se sair ileso em suas reafirmações.

¹¹⁵ Ibidem, fl. 12.

¹¹⁶ Ibidem, fl. 12v.

...porque não era o djtto Cahuj mas era o Fatu com o qual peccou como tem confessado porque na djtta casa da djtta Roça elle não peccou o djtto nefando com outrem ninguém senão com ho djtto Fatu com o qual lhe parece ora que peccou duas vezes o djtto nefando consumado na forma que tem djtto aprjmeira vez quando se levantou da isteira como tem confessado em huma nojte, e outra vez em outra nojte ambos na rede delle Reo, e perguntado mais quantas vezes peccou elle o djtto peccado com Luis do Gramame avera dous annos em casa delle Reo no Gramame respondeo que não peccou com ho djtto Luis mais vezes que as que tem confessado nestes autos e que essas pecava ha mujto mais tempo que dous annos como ja tem confessado e que segundo lhe parece e segundo sua lembrança podera aver alguns sete ou ojto annos pouco mais ou menos...¹¹⁷

A inquirição também se interessou por outras variáveis que pudessem contradizer o réu ou trazer novas informações.

...foi lhe tornado aencarregar que faça mais djljgentia pera acabar de confessar toda a verdade e pera confessar con que pessoas mais ou brancos outros quaesquer elle fez majs o djtto nefando e com que pessoas tambem elle Reo fez sendo agente nefando de macho...¹¹⁸

Apesar de tantos parceiros sexuais nativos, apenas um índio, com quem não houve relação alguma, figura no processo, acompanhado por um intérprete. Nenhum dos “negros da terra”, capazes de submeter um macho branco a uma condição tida como feminina, apareceu na mesa do Visitador. É possível especular porquê.

Na teoria, o Tribunal tinha jurisdição sobre as almas de índios convertidos. A princípio só se poderia processar aqueles batizados, e nisto todos os parceiros apontados se qualificariam. Traçados os perfis dos envolvidos, não temos notícias de que tenham sido procurados por Heitor Furtado e nem parece que sua presença influenciou na sentença, a não ser pela quantidade de vezes em que Baltasar se encontrou com eles.

Era pouco comum que índios fossem processados pois temia-se que isso pudesse dificultar o trabalho de catequização e evangelização, prioridades das ordens locais e da Coroa. Se Baltasar tinha conhecimento desse entrave e conscientemente ocultou outros parceiros que não fossem índios, estamos diante de uma possibilidade que, diante do corpus documental e de minhas pesquisas, não passa de especulação.¹¹⁹

¹¹⁷ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 13-13v.

¹¹⁸ Ibidem, fl. 13v.

¹¹⁹ Durante a primeira visitação, houve apenas um caso de uma  ndia chamada Iria  lvares que foi processada e sentenciada pelo Santo Ofício pelos crimes de bigamia e heresia. Cruz elaborou uma relação de outros quinze nomes de índios encontrados entre confissões e denuncia es.   exceção acima, o restante

Sendo assim, é bem provável que o visitador, ao perguntar por outros brancos, esperasse encontrar não somente mais versões das histórias de Baltasar, mas também proceder e descobrir outros sodomitas que por ventura não tivessem sido encontrados em 1595, os momentos finais da Primeira Visitação. As relações esporádicas de Baltasar podiam ser entendidas como potencialmente capazes de revelar outros envolvidos.

Resumiremos então os aspectos fundamentais de sua defesa. Alegando ter sido paciente em todas as relações que tivera, somente envolvendo nativos, a isto acrescenta-se uma reiteração constante: ele era procurado por seus parceiros.

Ao afirmar isso, o réu intencionalmente se isentou, de várias formas, da iniciativa e de parte considerável da responsabilidade no terrível nefando. Apesar das muitas pessoas que comentavam sobre seu comportamento sodomítico, ele declarou que pecou tantas vezes em virtude de uma fraqueza da carne que se realizou sempre pela iniciativa de terceiros. Estes, por sua vez, podiam ostentar a capacidade de subordinar um homem branco como Baltasar. Incluindo a confissão feita anteriormente ao Pe. Travaços, o modo como Baltasar contou os fatos conferiu-lhe um perfil mais favorável.

forão vistos estes autos em mesa e pareço a todos os votos que visto como o Reo não he convicto plene no nefando, e por sua confissão consta efectuar e consumir o dito nefando muitas vezes em diversos lugares com muitos homens. Respaitandose as considerações pias que se tiverão va degradado por sete anos *somente* para as galles do Rejno na forma ordinaria e que núnqua mais entre na Capitania da Parayba e se lhe imponham algumas pornitencias espirituais que cumpra nos ditos sete annos em quanto os servir ao remo sem soldo nos ditas galles e pague as custas”.¹²⁰

Por fim, gostaríamos de destacar também a forma pela qual a instituição se expressa na emissão da sentença de Baltasar. Em quatro páginas, o visitador justifica que variáveis resultaram na definição da pena específica desse caso. Essa decisão, como vimos, não foi monocrática, mas antes uma conjugação entre “o visitador apostholico dosancto offjço o ordjnarjo e assessores...”¹²¹. Se a preocupação em saber sobre a

não resultou em nenhum processo. Acahuy – batizado como Fernando –, o índio que aparece nas confissões de Baltasar e Francisco Barboza, aparece nessa lista, ilustrando o crime de sodomia. CRUZ, Carlos Henrique A. Inquéritos Nativos: os pajés frente à Inquisição. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, pp. 99-103.

¹²⁰ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 15v.

¹²¹ Ibidem, fl. 19.

genealogia de Baltasar veio somente na última sessão de confissões, em sua sentença ela aparece em uma das primeiras frases.

Nestas páginas também encontramos um resumo da classificação dos atos de Baltasar e em seguida discorre-se sobre as ordenações do Reino relacionadas a esse tão terrível pecado. A forma como o discurso se constrói apresenta primeiramente o pecado, e em seguida, sua consequência para a alma e salvação do cristão. Como um remédio para os males, a instituição se apresenta enquanto aplicadora das Ordenações do Reino para tão grande mal, bem como cita a autoridade do Santo Ofício ao proceder na questão. “...Respeitando porem ao Reo depois de preso confessar suas culpas e a pedjr dellas perdão e mjsrjrcordja e a outros mais consideracois pjas que setiveraõ resando com elle de mujta mjsrjrcordja...”¹²²

Depois de descrever tais penas como constam nas Ordenações Manuelinas, Heitor Furtado de Mendonça ressalta, porém, uma mudança. É marcante o destaque dado à importância do perdão e da misericórdia concedidos pela instituição.

Para o Santo Ofício, como vimos, a confissão e a denúncia eram soluções para os pecados do mundo, que por sua vez perturbavam e prejudicavam os cristãos. Ao Tribunal interessava, por meio de processos, sentenças, confissões, torturas e execuções, o exercício da caridade cristã com a salvação do pecador e da comunidade.

Baltasar fora considerado habilitado a cuidar de sua alma sem passar pela fogueira, por meio da articulação de circunstâncias que influenciaram o processo para além da tipificação e constatação do delito. Para o colegiado e Heitor Furtado, a lei não se aplicava neste caso.

¹²² Ibidem, fls. 19-20v.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pretendíamos depreender que sentidos circulavam sobre a sodomia no período colonial, a partir do estudo de caso de Baltasar da Lomba. Com isso, percebemos que sua aplicação não se referia apenas ao sexo anal, mas a uma infinidade de práticas sexuais dissonantes aos ensinamentos da Igreja e as leis da Monarquia Portuguesa, que respondiam aos anseios da sociedade.

Analisar o conceito de sodomia determinou também que atitudes eram esperadas dos sexos biológicos sendo que mesmo aos comportamentos cotidianos, como atividades domésticas, eram atribuídos características de gênero. No caso, o “crime nefando” se constituía como um problema pois distorcia a forma como normativamente eram percebidas as qualidades e os atributos masculinos e femininos, afrontando a estrutura social e suas tradições.

Vimos que a confissão era fundamental para o inquérito, de modo a constatar certas condições do ato sexual. Algumas delas são mais diretamente relacionadas à morfologia do ato, como a existência de penetração e o derramamento de esperma ou sangue. O processo se orientou para a confirmação de que houve penetração e ejaculação interna, caracterizando o crime de sodomia perfeita. Outras condições, nem sempre tão explícitas, referem-se a comportamentos, como o consentimento, a iniciativa, a reincidência e a reputação do acusado e o modo como vivia sua masculinidade. Assim, vimos que o crime de sodomia possuía diversas gradações, e diversas circunstâncias poderiam agravar ou atenuar a situação do réu, variando os tipos e as durações das penitências.

Outrossim, pensando que a prática inquisitorial se pautava por uma combinação de regras e circunstâncias, também nos empenhamos na análise da apresentação do réu diante do visitador Heitor Furtado de Mendonça, detectando um determinado perfil que, compatível com os princípios do tribunal, permitiu que Baltasar saísse vivo apesar das acusações e da quantidade de vezes em que se deitou com outros homens. Foi possível perceber a forma como o réu estruturava uma defesa que o tornou apto a receber uma penitência menos trágica. Esse perfil apelava para o cuidado que teve com sua alma desde que fora perdoado pelo jesuíta, o que não dispensou pedidos de perdão e misericórdia à Visitação.

Mas que mecanismos jurídicos tornariam uma confissão, tão passível de esquecimentos e omissões, válida? Em outras palavras, como lidar com o fato de que o Baltasar pudesse contar, para se defender, apenas aquilo que lhe fosse conveniente? Desde o medievo, os instrumentos normativos que regiam a prática inquisitorial estavam atentos a essas questões, como o uso da confissão em benefício próprio.¹²³ Também havia preocupação no sentido de qualificar os testemunhos recebidos, considerando-os válidos ou tendenciosos, por exemplo.¹²⁴

O Santo Ofício sabia que as confissões poderiam omitir pecados e pecadores. Reconhecendo seus limites, a instituição apelava também ao domínio psicológico, mobilizando a onisciência, a onipresença e a onipotência divinas: ainda que o clero não soubesse, considerava-se excomungado por Deus aquele que burlasse o sacramento da confissão. Além disso, o indivíduo pecava em dobro à medida em que participava da vida cotidiana e das festividades e ritos desconsiderando aquela punição. Feitler¹²⁵ faz bem em sublinhar, contudo, que essa estratégia do Santo Ofício se refere somente ao efeito esperado. Não há como garantir que Baltasar não tenha omitido ou mentido em suas declarações, questão que vai além do estudo proposto. Em todo caso, o autor conclui que a Inquisição moderna institucionalizou a omissão como sendo também um pecado grave, e a confissão inquisitorial em muito se valeu da confissão episcopal. O juramento sobre os evangelhos e a presença de padres ao lado do visitador, com o objetivo de tornar o processo juridicamente válido, sublinharam essa relação.

Essa relação demonstra como a chegada do visitador mudava a dinâmica das capitanias pois, como vimos, os pecados de uma comunidade afetam a salvação de todos, em diferentes intensidades. Mas é preciso considerar também que estudos de caso como este certamente guardam relações com estruturas de poder maiores. A chegada da Visitação analisada da perspectiva das redes locais pode informar sobre os arranjos, os

¹²³ Outros autores já se atentaram quanto à problemática do uso da confissão em benefício próprio. A confissão inquisitorial foi usada diversas vezes em ambientes de disputas, desavenças e vinganças. Em estudo sobre os familiares do Santo Ofício, Calainho analisa a constituição do aparelho inquisitorial no Brasil, que agia em cooperação com o clero local. Diferentemente destes, destacamos sua filiação direta com a instituição, que definia sua margem de ação. A autora discorre sobre os mecanismos de seleção e promoção desses agentes ao longo do período de funcionamento do Tribunal e apresenta casos em que familiares são flagrados e processados por uso de poder em benefício próprio, em detrimento das funções e em prejuízo da representação desejada pelo Tribunal, idôneo. Também são explorados casos de indivíduos que se passam por Familiares do Santo Ofício para valer-se de seus poderes em contendas particulares. Sobre isso, ver: CALAINHO, *Agentes da fé*, 2006.

¹²⁴ FEITLER, *História do Direito em perspectiva*, 2008.

¹²⁵ A este respeito, ver: FEITLER, *Nas malhas da consciência*, 2007, p. 238-240.

interesses e as decisões advindas da entrada dessa nova força no cenário político. A instauração de um processo contra Baltasar e outros sodomitas provavelmente afetava redes mais expressivas. De qualquer forma, em uma brecha explorada por Lomba encontramos o que pode ser um breve indício desses rearranjos: o ato de um jesuíta mudara a vida de Baltasar anos antes da Primeira Visitação, que por sua vez contava com assessores desta mesma ordem.

Vimos que Baltasar foi julgado por um padrão de comportamento masculino. A referida diminuição de sua masculinidade se operou em virtude do ato da penetração e os boatos sobre pesavam sobre seu comportamento. Mas o réu não falou de si como se aceitasse aquela fama, e mesmo as testemunhas ouviam “entre os Indjos destas aldeas nomearem a o djtto baltsar da Lomba por tebjro”.¹²⁶ Em contraste à intencionalidade que ele rejeitou, o perfil do réu se apresentou justamente como passivo, subordinado por índios, alegando que outrora esteve confuso e enfraquecido pelo pecado. Inclusive, Baltasar contou ao visitador que, em virtude da fama de sodomita, outros índios tentaram tomá-lo à força, indicando que esses atos nem sempre aconteceram conforme sua vontade.

Neste trabalho, discutimos brevemente a pertinência da classificação de Baltasar tal qual um homossexual, vale a pena frisar, para padrões do século XX ou XXI. Não tentamos aqui determinar o que o réu pensava sobre si mesmo e se foi capaz de dizê-lo ao Santo Ofício. A fonte não nos permite fazê-lo, tendo em mente que a construção do documento descreveu que Baltasar teve um comportamento radicalmente diferente de advogar para si algo próximo de uma identidade homossexual.

Ao atrair o leitor para esse ponto, o esforço se concentrou mais em discutir a adequação do conceito de homossexualidade, que desde o século XIX vem se transformando intensamente, carregando uma série de identidades, sentidos sociais e políticos que, históricos, dizem mais respeito a nós do que à sociedade colonial. Para a análise, o uso da categoria *homoerotismo* nos permitiu pensar mais livremente as possibilidades de Baltasar, sem tratá-lo como um gay do século XX que viveu no Brasil Colônia.

Com isso, não negamos as continuidades e permanências em relação à homossexualidade e à sodomia, mas enfatizamos que entre os períodos existem diferentes formas de violência a afligir indivíduos que tentam viver suas sexualidades, explorar seus

¹²⁶ ANTT, Processo de Baltasar da Lomba, fl. 6v.

corpos e vivenciar prazeres e afetos. É preciso reconhecer que o conceito de homossexualidade pode tornar a análise perigosamente semelhante ao contexto do observador, fazendo referência às experiências de seu tempo. O propósito deste estudo foi norteado para a apreensão de percepções a respeito da sodomia durante a Primeira Visitação, buscando uma história não linear.

Baltasar tentava justamente se mostrar redimido de seus atos tidos como pecaminosos. A forma de contar suas histórias organizaram uma defesa que revelou um perfil apto a receber a misericórdia. Naquela narrativa, o momento da confissão ao jesuíta representou uma reviravolta em sua conduta, reconduziu-o ao caminho de sua salvação.

O fato de ter declarado relações homoeróticas apenas com índios também foi importante, o que dificultou que seus relatos sofressem outros questionamentos. Até mesmo a má fama de Baltasar também foi usada em determinado momento para escusar-se das suposições nutridas contra ele. Obviamente, sabemos que um processo foi produzido para justificar uma ação, mas a forma de relatar sob que circunstâncias tão graves pecados ocorreram é de fato uma elaboração de Baltasar, constantemente questionada por Heitor Furtado.

A palavra “tibi-ro/tibira” revelou novas percepções e formas de se relacionar sexualmente. As interpretações sobre os atos sexuais entre Baltasar e os índios constituíram um dos aspectos do que significou o contato colonial. A interação entre europeus, ameríndios e povos africanos no Brasil ressignificou várias práticas ao longo do processo de colonização. Ressignificações que certamente resultaram em entraves para o Santo Ofício durante as Visitações.

O trabalho de apreensão dos significados de sodomia acabou por revelar um rótulo bastante maleável, adaptável a diferentes situações, comportamentos e experiências. Os atores contavam com a elasticidade dos preceitos para circunscrever a realidade, dando significados e ordenamentos aos fatos e construindo conceitos sólidos como este. A sodomia era um conceito plástico que, no entanto, não perdia a força e a potência, ao passo que mesmo sua simples menção impactava e escandalizava.

REFERÊNCIAS

Fontes

ANTT: PT/TT/TSO-IL/028/06366. Processo de Baltasar da Lomba. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2306414>. Acesso em 24 out. 2016.

BÍBLIA, A. T. Gênesis 18-19; N. T. Epístola de Judas. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. 183 ed., Edição Claretiana. São Paulo: Editora Ave Maria, 2009.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Portuguez e Latino. Vol. 3, 5 e 7. Disponíveis no Catálogo Eletrônico do Instituto de Estudos Brasileiros: <http://www.ieb.usp.br/>. Acesso em 01 mai. 2018.

COIMBRA, Arménio Alves Fernandes; SANTOS, Pedro Manuel Amaro; RODRIGUES, Joaquim Pereira; CASTRO, Manuel Fraga. WYNANTS, Hugues. *Ordenações Manuelinas on-line*. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/ordemanu.htm>. Acesso em 26 abr. 2018.

EYMERICH, Nicolau. *Directorium Inquisitorum. Manual dos Inquisidores*. Comentários de Francisco Peña. Tradução de Maria José Lopes da Silva. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1993.

SALGUEIRO, Ângela dos Anjos Aguiar; CAMPONÊS, Jorge Filipe B. de Oliveira; ALMEIDA, Maria Amélia D. F. de; COSTA, Sandra P. Bernardo; DIAS, Sara Marisa da Graça. *Ordenações Filipinas on-line*. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso em 26 abr. 2018.

Bibliografia

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*. Coleção História. Editora EDUSC, 2006.

CAVALCANTI, Carlos André Macêdo. O Imaginário da Inquisição - A Inquisição na Paraíba, 14º tema. In: *Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/IHGP, 2000. Disponível em: <http://ihgp.net/pb500.htm>. Acesso em 30 out. 2016.

CRUZ, Carlos Henrique A. Inquéritos Nativos: os pajés frente à Inquisição. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

FAVIER, Jean. *Carlos Magno*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

FEITLER, Bruno. Da “prova” como objeto de análise da práxis inquisitorial: o problema dos testemunhos singulares do Santo Ofício português. In: FONSECA, R. M.; SECLAENDER, A. C. L. (orgs.). *História do Direito em perspectiva*. Curitiba: Juruá, 2008.

_____. Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2007.

FERNANDES, Alécio Nunes. A construção da verdade jurídica no processo inquisitorial do Santo Ofício Português, à luz de seus regimentos. *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 491-535, jul./dez. 2013.

_____. Por “defeito da prova”: a sentença de absolvição em processos inquisitoriais do Tribunal de Lisboa (século XVI). *Comunicação proferida no XXIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, em 2017*.

_____. Que seja absoluto da pena”: considerações sobre a defesa dos réus em processos inquisitoriais da “Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil”. *Revista história, histórias*, volume 5, número 10, ago. dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GEERTZ, Clifford. “O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem” In: *A interpretação das culturas*. 1ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Editora Bertrand Brasil, S.A. Rio de Janeiro, 1989.

GOMES, Verônica de Jesus. *Vício dos clérigos: a sodomia nas malhas do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

HONOR, André Cabral. *O verbo mais que perfeito: uma análise alegórica da cultura histórica carmelita na Paraíba Colonial*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MOTT, Luiz. Cripto-sodomitas em Pernambuco colonial. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 6, volume 13(2), 2002.

_____. *O sexo proibido. Virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas, São Paulo, Papirus, 1988.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. Sob a lente do Santo Ofício: um visitador na berlinda. In: Dossiê: Marcas da Transgressão e Ações Normalizadoras na Formação da Sociedade Brasileira. *Textos*

de História. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, volume 14, números 1/2, 2006.

PRESTES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. In: LOBATO, Wolney; SABINO, Cláudia de Vilhena S.; ABREU, João Francisco de. (org.). *Iniciação científica: destaques 2007: Volume 1*. Belo Horizonte, Ed. PUC Minas, 2008.

ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. *Masculinidades e Inquisição – Gênero e sexualidade na América Portuguesa*. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Shirley Romera dos. *A educação sexual no Brasil Colônia prescrita nos Regimentos do Santo Ofício da Inquisição Portuguesa (1552-1774)*. Shirley Romera dos Santos - Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

SILVA, Marcelo Cândido. *A realeza cristã na Alta Idade Média*. São Paulo: Alameda, 2008.

SORIA, Jose Manuel Nieto. *Fundamentos Ideologicos del Poder Real en Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madrid: Eudema Universidad, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. Inquisição como fábrica de hereges: os sodomitas foram exceção? In: VAINFAS, Ronaldo; FLEITER, Bruno; LAGE, Lana (org.). *A Inquisição em xeque*. Temas, controvérsias, estudos de caso. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2006.

_____. *Trópico dos Pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. Masculinidades em jogo na América Portuguesa: a expedição de Pero Coelho de Sousa em 1603. *Opsis*, v. 13, 2013.

_____. Masculinidades plurais na América portuguesa (séculos XVI, XVII e XVIII). *Esboços*, v. 23, 2016.

WOLFF, Egon. Aspectos da Inquisição Portuguesa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 148(357), p. 506 - 509, out./dez. 1987.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, GUILHERME BRAZ DE OLIVEIRA, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “BALTASAR DA LOMBA: ESTUDO DE CASO SOBRE SODOMIA DURANTE A PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO AO BRASIL (SÉC. XVI)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Guilherme Braz de Oliveira', is written over a horizontal line.

GUILHERME BRAZ DE OLIVEIRA

Brasília, 21 de junho de 2018